

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ROBERTA GUIMARÃES**

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ASCENSÃO DE PAUTAS  
NEOLIBERIAS E NEOCONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO:  
DUAS FACES REACIONÁRIAS DE UMA MESMA MOEDA**

**CHAPECÓ**

**2021**

**ROBERTA GUIMARÃES**

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ASCENSÃO DE PAUTAS  
NEOLIBERIAS E NEOCONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO:  
DUAS FACES REACIONÁRIAS DE UMA MESMA MOEDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli

**CHAPECÓ**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Guimarães, Roberta

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ASCENSÃO DE PAUTAS NEOLIBERIAS E NEOCONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO: DUAS FACES REACIONÁRIAS DE UMA MESMA MOEDA / Roberta Guimarães. -- 2021.

71 f.

Orientador: Doutor Bruno Antonio Picoli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Educação - Aspectos políticos. 2. Educação - Objetivos e finalidades. 3. Brasil - Política e educação. I. Picoli, Bruno Antonio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ASCENSÃO DE PAUTAS  
NEOLIBERIAS E NEOCONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO:  
DUAS FACES REACIONÁRIAS DE UMA MESMA MOEDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/10/2021

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli – UFFS  
Orientador



---

Prof. Dr. Samuel Mânica Radaelli - IFPR  
Avaliador



---

Prof. Dr. Fernando de Araújo Penna - UFF  
Avaliador

Dedico este trabalho aos meus pais, que nunca  
mediram esforços para que eu tivesse a  
oportunidade de buscar e viver meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Elói Guimarães, e minha mãe, Ivete Guimarães, por todo incentivo, apoio, motivação e crença nos meus sonhos e nas minhas lutas. Agradeço por mostrarem ao longo da minha existência os valores que forjaram meu modo de ser e estar no mundo. Se hoje estou aqui, concluindo minha graduação, é graças a todo esforço, trabalho e confiança de vocês.

Agradeço à minha irmã Fabiane por ser meu ponto de paz, força e luz em um mundo tão caótico. Te agradeço, com todo meu coração, por nunca ter duvidado que esse dia chegaria, por sempre me fazer sentir a pessoa mais forte, capaz e livre e por acreditar na mulher que me tornei.

Agradeço ao meu irmão Fábio que, mesmo de longe, sempre se fez presente em minha vida. Obrigada por seu apoio, carinho, confiança e conversas.

Agradeço ao meu cunhado Flávio, por sempre estar presente em minha vida como um amigo e irmão. Obrigada por todas as risadas e por todo carinho desde sempre.

Agradeço às minhas sobrinhas, Flávia e Filipa, por serem muitas vezes meu ponto de paz e esperança em dias melhores e por me fazerem lutar todos os dias por uma educação e um mundo melhor.

Agradeço às minhas colegas de GRUPEVD, Lara, Vanessa e Milena por toda força mútua e parceria dos últimos dois anos. Em especial, agradeço à Milena, minha cara-metade quando o assunto é educação, por toda força e apoio nos momentos mais difíceis, mas também por todos os sorrisos e karaokês do dia a dia (e das madrugadas de TCC).

Agradeço à Deiser pela amizade que construímos ao longo dos últimos anos e por sempre escutar atentamente meus dilemas e minhas histórias. Se não fosse você, o ap. 301 não seria tão especial.

Agradeço ao Prof. Bruno, meu orientador, por toda inspiração. Obrigada por todos os conselhos e conversas e também por me ajudar na construção da presente pesquisa. Tenho muita sorte e privilégio por ter encontrado um professor como você em minha caminhada.

Agradeço, por fim, ao meu Professor de História do ensino médio, Jorge Marchiori. Se escolhi o caminho da Licenciatura em História, foi graças a ele. Hoje, você não está mais nesse plano, mas saiba que estará sempre vivo em minha memória. Espero que eu consiga inspirar meus alunos a seguirem seus sonhos, fazendo com que eles olhem para dentro de si, para que, assim, possam se encontrar e se descobrir no mundo, assim como o senhor fez comigo.

“Os que questionam são sempre os mais perigosos [...] Uma única pergunta pode ser mais explosiva do que mil respostas” (Jostein Gaarden – O mundo de Sofia).

“[...] a grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos [dos oprimidos], sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica” (Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido).

“A educação é o ponto que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum” (Hannah Arendt – Entre o passado e o futuro).

## RESUMO

A herança dos regimes totalitários do século XX é a normalização da barbárie, a desconfiança perante os novos regimes democráticos. É a ideia de “Guerra Total” de Hobsbawm em que é preciso combater os “inimigos” em todos campos, o tempo todo. Fenômenos conspiracionistas pairam desde sempre em nossa atmosfera e pode ser expressa, no Brasil do último século, através da Ditadura Civil-Militar, golpe dado sob o subterfúgio do suposto ataque comunista a que estávamos sujeitos. Hoje, no século XXI, temos vivo no âmago dos grupos conservadores o ideário da conspiração que culminaria em uma Ditadura Gay-Comunista, cujo esforço concentra-se na destruição da “família tradicional brasileira”, do cidadão brasileiro “ideal”. A vivência da crise democrática, por sua vez, é uma realidade experienciada por diversos países, incluindo o Brasil, onde o golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro são exemplos da suspensão de nossa jovem e frágil democracia. Utilizando autores como Fernando de Araújo Penna, Michel Apple, Hannah Arendt, entre outros, o objetivo do presente trabalho é analisar uma das expressões antidemocráticas, anti-intelectual e reacionária do Brasil contemporâneo: o Movimento Escola Sem Partido (MESP). O texto está dividido em três momentos onde, primeiramente, é traçada uma linha histórica do Escola Sem Partido (ESP) desde sua criação em 2004 até os dias atuais. Seguindo, procura-se conhecer os agentes políticos e sociais que estão por detrás deste fenômeno, em especial, grupos neoliberais e neoconservadores, analisando-os sob a ótica reacionária e analisando suas visões de mundo e de educação. Por fim discute-se acerca das pautas liberais e conservadoras que são salvaguardadas através do ESP. Conclui-se que o ESP é o ponto de convergência de pautas neoliberais e neoconservadoras, encontro este facilitado pelas redes sociais, utilizada, neste caso, como poderosa ferramenta anti-intelectual e reacionária.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido. Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Reacionarismo.

## ABSTRACT

The heritage of 20th century totalitarian regimes is the normalization of barbarism and the distrust of new democratic regimes, It's Hobsbawm's idea of "Total War" in which you have to fight "enemies" in every field, all the time. Conspiracy phenomena have always hovered in our atmosphere and can be expressed, in last century's Brazil, through the Civil-Military Dictatorship, a coup given under the subterfuge of a supposed communist attack. Today, in the 21st century, we have alive in the core of conservations groups the ideas of conspiracy that would culminate in a Gay-Communist Dictatorship, whose efforts are focused on the destruction of the "traditional Brazilian family", of the "ideal" Brazilian citizen. The experience of the democratic crisis, in turn, is a reality experienced by several countries, including Brazil, where the 2016 coup and the election of Jair Messias Bolsonaro, are examples of the suspension of the young and fragile democracy. Using authors such as Fernando de Araújo Penna, Michel Apple, Hannah Arendt, among others, the aim of this paper is to analyze one of the anti-democratic, anti-intellectual and reactionary expressions of the contemporary Brazil: the Escola Sem Partido Movement (MESP). The text is divided into three moments where, first, a historical line of the Escola Sem Partido (ESP) is drawn from its creation in 2004 to the present days. Next, we seek to know the political and social agents behind this phenomenon, in particular neoliberal, political and social agents behind this phenomenon, in particular neoliberal and neoconservative groups, analyzing them from a reactionary perspective and analyzing their views of the word and education. Finally, it discusses the liberal and conservative agendas that are safeguarded through the ESP. It is concluded that the ESP is the point of convergence pf neoliberal and neoconservative agendas, a meeting facilitated by social networks used, in this case, as a powerful anti-intellectual and reactionary tool.

**Keywords:** Escola Sem Partido; Neoliberalism; Neoconservatism; Reactionism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: DO MITO FUNDADOR ÀS AÇÕES PROPOSITIVAS .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>O ESCOLA SEM PARTIDO COMO PONTO DE CONFLUÊNCIA DE PAUTAS NEOLIBERAIS E NEOCONSERVADORAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>40</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>ANEXO 1 – CARTA AO PROFESSOR IOMAR .....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito “Guerra Total” foi cunhado por Hobsbawm (1995), na obra “Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)”. A Segunda Guerra Mundial, diferentemente da Primeira, teve seu estopim sem previsão de término ou o estabelecimento de qualquer tipo de acordo entre os países envolvidos. Também diferentemente da Primeira, a Segunda Guerra atingiu todos os âmbitos possíveis e inimagináveis da sociedade como, por exemplo, a economia, indústria, saúde, educação, religião, comunicação, ciência, tecnologia além, é claro, de um imenso aparato militar, fato que resultou em perdas humanas e humanitárias irreparáveis, algo de dimensões nunca vista na História da humanidade.

No mesmo texto, Hobsbawm (1995) busca compreender por que as 10 milhões de mortes decorrentes da Primeira Guerra Mundial chocaram muito mais que as 54 milhões de mortes consequentes da Segunda Grande Guerra. Chega-se à conclusão de que isso ocorre pois nesta última, um Estado de barbárie já era tido como algo naturalizado. No caso da Primeira Guerra, por mais que o número de vítimas tenha sido menor, elas aconteceram em um momento em que a sociedade estava desacostumada com atrocidades deste nível, por consequência, ao se depararem novamente com um número exorbitante de mortes na Segunda Guerra Mundial, não houve choque. A “democratização” da guerra e as novas tecnologias de combate fizeram do campo de batalha um espaço impessoal e desumanizado.

A herança dos regimes totalitários do último século para a nossa geração é a normalização da barbárie, a desconfiança e suspense dos novos regimes democráticos, e mais: é a ideia de uma Guerra Total, a guerra em que é preciso combater os “inimigos” em todos campos, o tempo todo. Picoli (2017) constata que teorias conspiracionistas não são fenômenos recentes, podendo ser o Nazismo um exemplo disso, visto que, antes mesmo da ascensão de Hitler ao poder, os alemães já tinham definido quem era o “nós” e que era o “outro”, quem era o “amigo” e o “inimigo” a ser combatido. No caso brasileiro, a conspiração que alegadamente se cria, principalmente a partir de movimentos como o Escola Sem Partido, é a “Ditadura Gay-Comunista”, cujo desígnio seria a destruição do padrão “ideal” de família e de brasileiro legitimado por novos atores sociais que ascenderam nas discussões públicas bem como passaram a ocupar espaços que possibilitaram visibilizar suas pautas (movimento negro, indígena, feminista, LGBTQAI+ e etc.) (PICOLI, 2017).

Antes, o fascismo não se preocupava em mascarar seus interesses, sua ameaça consolidava-se em fatos e atos descarados. Hoje, por outro lado, é cada vez mais difícil

conseguir identificar ações antidemocráticas, pois como Adorno (2020) constata, as ameaças à democracia na contemporaneidade utilizam os meios e as instituições democráticas para se fortalecer, ou seja, valem-se das instituições democráticas para a destruição da própria democracia. Moreira (2020), ao analisar a crise da democracia no século XXI em diversos países a partir da análise de cinco obras, consegue identificar inúmeras nações que experimentam dessa crise. Além dos Estados Unidos, Venezuela, Espanha, Índia, Bolívia e Paraguai, o Brasil também se faz presente nessa lista. Esses não são casos isolados, ou melhor, casos que apenas constata-se a perda de legitimidade de instituições democráticas ou subversão da ordem política através da violência armada (como foi o caso do Brasil em 1964 com a Ditadura Civil-Militar). São conjunturas que se caracterizam “[...] por um processo de deterioração gradativa, quer dizer, por um tipo de ruptura ou subversão institucional e social mais sutil e interna a própria dinâmica democrática” (MOREIRA, 2020, p. 16).

As eleições de 2018 no Brasil são um exemplo desta crise. Na figura do hoje presidente Jair Messias Bolsonaro (na época PSL-RJ e atualmente sem filiações partidárias) uma parcela significativa da população viu-se representada. Ríspido, com falas machistas, racistas e homofóbicas que clamam por uma intervenção militar como solução máxima para os complexos problemas do nosso país, Bolsonaro aglutinou diversos agentes e segmentos da sociedade civil em torno da sua candidatura, na qual podemos destacar dois grupos em especial: neoconservadores e neoliberais, ambos reacionários. Löwy (2015) discorre sobre a ascensão política e social de forças de extrema-direita nos países europeus e no Brasil e, ao comparar o caso francês com o brasileiro, o autor aponta dois fatores em comum no que diz respeito ao conservadorismo reacionário nos dois países: o culto à violência policial e a intolerância que, no caso brasileiro, parte da bancada evangélica neopentecostal. Mesmo fazendo uma leitura errônea do contexto conservador e da extrema-direita no Brasil ao afirmar que “grupos neofascistas existem, porém são marginais” (LÖWY, 2015, p. 662), o autor já destaca o fato do crescente potencial conservador brasileiro em que “o chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil” (p. 663).

A eleição de Bolsonaro é o reflexo da movimentação que esses grupos vinham fazendo há um longo tempo, grupos cujas articulações proviam de todos os segmentos da sociedade e desempenharam um árduo trabalho para conquistar espaços em que pudessem debater suas propostas, principalmente quando falamos na perspectiva de proposição de novas políticas públicas. Um importante agente aglutinador de tais grupos reacionários, mesmo que seus apoiadores neguem, é o Movimento Escola Sem Partido. Fundado em 2004, o ESP tem como

objetivo a luta contra a doutrinação marxista e a ideologia de gênero promovida por “[...] um exército de militantes travestidos de professores” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b). Foi através das suas redes sociais (*Twitter*, *YouTube* e, principalmente, o *Facebook*) que o movimento expandiu seus horizontes e atingiu a população em geral para disseminar seus objetivos e perspectivas sobre a educação brasileira. O ESP conta ainda com um site em que dispõe de artigos divididos em quinze categorias diferentes que tratam, à exemplo, da educação moral e religiosa, conteúdos de livros didáticos e supostas doutrinações que são vistas pelo movimento em perspectiva mundial. No site também é possível encontrar depoimentos, representações por parte do movimento junto ao Ministério Público e um modelo de notificação extrajudicial para que pais e alunos possam entregar aos professores e direção escolar quando sentirem que foram alvos da chamada “doutrinação”.

Desde sua fundação, pode-se dizer que o ESP teve duas importantes guinadas em sua história: a primeira, mais ou menos em 2010, quando incorpora o combate à ideologia de gênero entre suas pautas prioritárias (MIGUEL, 2016); e, a segunda, em 2014, após o pedido feito pelo então Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, ao fundador do movimento, Miguel Nagib, para escrever um Projeto de Lei (PL) que foi posteriormente apresentado na Assembleia Legislativa do estado neste mesmo ano (PL 2974/2014)<sup>1</sup>. Antes de usar o combate à ideologia de gênero como principal argumento discursivo, o ESP enfatizava a luta contra a “doutrinação marxista” dentro das escolas. Sobre isso, Luís Felipe Miguel (2016) esclarece que

A ameaça da “doutrinação marxista” nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antonio Gramsci [...] Esta sofisticada percepção da luta política se torna, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade por meio da manipulação das mentes (MIGUEL, 2016, p. 600).

Ou seja, é a concepção de “lavagem cerebral” e “estupro intelectual” sempre evocado por simpatizantes do ESP (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a). Defronte à tal perspectiva, o enfrentamento ao “marxismo” tem como consequência a naturalização do capitalismo, fato que corrobora com os interesses de setores neoliberais. Ao passo em que posicionar-se contrário à ideologia de gênero que é supostamente pregada pelos professores em sala de aula, englobando assim a pauta moral em seu discurso, traz para perto do ESP a rede conservadora brasileira,

---

1

Disponível em:  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em 10 abr. 2021

tanto a que compõe a sociedade civil, como também os agentes que fazem parte do cenário político nacional. Concomitantemente, ao sair dos espaços restritos à exposição de ideias, perspectivas e debates, partindo, de fato, para ações propositivas nas casas legislativas Brasil afora, o movimento ganha ainda mais notoriedade dentro da discussão das políticas públicas educacionais.

Sempre presente na narrativa de inúmeras figuras conservadoras e liberais como, por exemplo, Marco Feliciano, Olavo de Carvalho, Silas Malafaia e toda a família Bolsonaro, o ESP foi uma das ações defendidas por Bolsonaro e seus apoiadores durante a eleição de 2018, visto que o “expurgar” das escolas à ideologia de Paulo Freire, patrono da educação brasileira e figura exaustivamente atacada por agentes da direita e extrema-direita e, conseqüentemente, pelo próprio ESP, está presente no plano de governo apresentado por Bolsonaro para a corrida eleitoral (TSE, 2018). Neste mesmo plano, afirma-se que a doutrinação é um dos maiores males da nossa educação e para que esse cenário possa ser modificado, “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. [Precisamos de] mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce” (TSE, 2018).

Isso posto, afirma-se que o ESP responde aos interesses de pelo menos dois setores importantes que compõem a sociedade brasileira: neoliberais e neoconservadores. Sendo assim, indaga-se: Qual a concepção de educação defendida por esses grupos? Como o ESP atende ou atendeu aos interesses neoliberais e neoconservadores? Como foi possível, educacional, político e historicamente, esse encontro? Esses são os questionamentos que incitam a pesquisa proposta no presente texto. É preciso compreender como e por que um movimento como este conseguiu aglomerar tantos apoiadores e, por consequência, exigir um grande esforço por parte da oposição para definir estratégias de debate e resistência diante de uma ameaça à democracia de proporções como o ESP. O objetivo geral é, portanto, investigar como o ESP integra pautas neoliberais e neoconservadoras na sua construção discursiva e nos Projetos de Lei (PLs) apresentados. Para tanto, a abordagem metodológica utilizada é qualitativa, bibliográfica e documental uma vez que, inicialmente, foi analisado determinadas fontes selecionadas a partir do site e das redes sociais do movimento e, após, buscou-se identificar quais aspectos atendiam a neoliberais e/ou a neoconservadores, assim como essas particularidades apareciam nos PLs.

Com a problemática já evidenciada, procura-se através de pesquisas já empreendidas sobre o ESP, bem como aos PLs e mídias sociais do movimento (*site, Facebook, Twitter e YouTube*), um caminho para melhor construir a investigação alvitrada, propondo-se, assim, um texto organizado em três momentos distintos. Primeiramente, é importante conhecermos a história do ESP desde sua fundação, perpassando o *boom* ocorrido em 2010 e, depois, em 2014,

quando é elaborado o primeiro PL que defende os ideários de uma “Escola Sem Partido”. Destaca-se, conjuntamente, alguns PLs que foram apresentados de 2014 até 2019 enfatizando os que tiveram maior amplitude de discussão na Câmara de Deputados (PL 7180/2014, 867/2015 e 246/2019) e no Senado Federal (PL 193/2016) e vinculação nas redes sociais. Propondo-se a análise dos PLs de âmbito federal, abre-se exceção para discussão do PL 69/2015 ostentado na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e aprovada como Lei Ordinária Nº 7800/2016 do mesmo estado. A partir da análise dos PLs mencionados, pretende-se analisar o tipo de educação que é defendida por meio dos projetos, bem como a quem, qual discurso, grupo e perspectiva histórica essa educação tem o intuito de favorecer.

Seguindo, para compreender o projeto de país e de educação que está em disputa, é preciso conhecer quem são os agentes que fazem parte deste novo momento político e social brasileiro, cuja ênfase está direcionada na presente pesquisa à rede neoconservadora e neoliberal, ambas de espectro reacionário. Deste modo, segue-se com a análise dos principais aspectos desses dois grupos em que temos, de um lado, os neoconservadores, cujos interesses estão na pauta moral e defesa da *família tradicional*, bem como no anticomunismo que é alimentado desde o século passado, perpassando o aspecto do anti-intelectualismo. De outro, temos os neoliberais com sua utopia disfarçada de neutralidade em que se defende a liberdade como um valor de base política e ideológica, mas não deixa claro que a liberdade defendida não é para com o indivíduo, trata-se da liberdade de mercado que deságua na naturalização do capitalismo, legitimando privilégios e expandindo ainda mais o abismo de desigualdade por ele imposto.

A partir de todos os aspectos abordados até o momento, constrói-se, no terceiro momento, a tese de que o Movimento Escola Sem Partido é o ponto de intersecção das pautas neoconservadoras e neoliberais no cenário educacional brasileiro, cujo encontro é facilitado através das redes sociais e ao espaço de contestação anti-intelectual, antidemocrático e reacionário por ela alimentado.

## 2 MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: DO MITO FUNDADOR ÀS AÇÕES PROPOSITIVAS

O ESP é um movimento que conquistou grande visibilidade no cenário nacional a partir de 2010, quando consegue atrair para si, assim como para seus membros, os holofotes da mídia na medida em que conquista espaços para debater suas propostas em Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, atingindo amplitude nacional dentro do Senado com o PL N° 193/2016 e da Câmara de Deputados com o PL N° 867/2015 (aditado ao PL N° 7180/2014) e, mais tarde, com o PL N° 246/2019. As redes sociais, em especial o *Facebook* (que hoje tem sua página excluída), mas também o *Twitter*<sup>2</sup>, o canal do *YouTube*<sup>3</sup> e o site oficial<sup>4</sup> foram uma importante ferramenta para que a divulgação dos ideários e a adesão ao movimento fossem intensificadas.

O ESP surgiu em 2004 e foi idealizado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib que após um curioso episódio com sua filha no ano de 2003, motivou-se em fundar o movimento para que fatos como o que aconteceu com sua família não se repetissem. O caso é mantido como um “folclore” por Nagib que, sempre que possível, relembra-o e destaca quão recorrente é, por sua percepção, esse tipo de vivência no sistema educacional brasileiro, não sendo algo casual, mas sistêmico (THE NOITE, 2016).

De acordo com Nagib, quando estudava na oitava série do ensino fundamental em uma escola de Brasília (DF), sua filha chegou em casa e disse aos pais que seu professor de História teria estabelecido uma comparação em sala de aula em que Che Guevara, guerrilheiro e revolucionário, assemelhava-se com São Francisco de Assis, frade e Santo da Igreja Católica. Indignado com o fato principalmente por ter o Cristianismo como religião, decide então escrever e imprimir trezentas cópias de uma carta aberta para que fossem entregues à orientação e direção escolar, e aos pais e alunos em frente à escola objetivando que o caso se tornasse público (Anexo 1). Contudo, o procurador alega ter recebido supostas e inúmeras retaliações e ameaças que partiram principalmente dos alunos que defendiam o então professor acusado de doutrinação. Além disso, acusa a direção escolar de menosprezar o fato ocorrido, não tomando nenhuma atitude para resolver e/ou repreender o professor envolvido no episódio (NAGIB, 2011).

Segundo o fundador do ESP,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid>. Acesso em: 21 ago. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCLIXRJAYAtf44baTh0MN6A>. Acesso em: 21 ago. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

[...] o mais grave, porém, foi a reação dos pais. Ou melhor: a não reação, já que nenhum deles me procurou para comentar, apoiar ou criticar a iniciativa. Silêncio total. Em compensação, no dia seguinte ao da distribuição da carta, alunos do tal professor promoveram no pátio do colégio uma grande passeata de desagravo (NAGIB, 2015).

Diante da displicência dos pais perante a denúncia feita e, até mesmo, a negligência deles perante as supostas ameaças oriundas dos alunos, Miguel Nagib concluiu que o corpo estudantil da escola já estava “doutrinado”. Deste fato, o fundador do movimento aponta que a atitude vinda dos estudantes é correlata a Síndrome de Estocolmo (SIES) (NAGIB, 2011; 2015; THE NOITE, 2016).

A SIES foi pensada após um assalto a banco na cidade de Estocolmo, capital da Suíça, que ocorreu em 23 de agosto de 1973. Nesse caso, um assaltante chamado Jan-Erik Olsson, fez quatro reféns. Ao término das negociações que se alongaram por seis dias, a polícia conseguiu a rendição do assaltante e seu comparsa após um ataque com gás lacrimogênio. Entretanto, os reféns se recusaram a sair do local antes que o assaltante por medo do que poderia acontecer com ele. Sendo assim, Olsson saiu do banco rodeado pelos quatro reféns. Outros episódios foram correlacionados com a SIES, contudo, mesmo com o considerável período temporal desde o ocorrido em Estocolmo, ainda não há um consenso em torno da unificação de critérios de caracterização, diagnóstico e até mesmo se a denominação de síndrome está correta. Uma coisa é acordada: a Síndrome de Estocolmo é um estágio psicopatológico em que a vítima cria um afeto pelo agressor por estar vivenciando uma situação de estresse extremo, passando a crer que o sequestrador/agressor tem o objetivo de protegê-la (RIZO-MARTÍNEZ, 2018). A SIES seria, então, uma defesa motivada pelo instinto de sobrevivência em que a vítima desvincula-se emocional e psicologicamente da realidade, perdendo a noção da violência que está sofrendo.

Rizo-Martínez (2018) destaca que a SIES também pode ocorrer em relações interpessoais em que a vítima, influenciada por uma crise na definição de identidade e demais características particulares de cada indivíduo, acaba cedendo na medida em que as relações se tornam mais “estáveis” quando há a aceitação da hierarquização existente, sendo então resultado de um abuso interpessoal crônico. Aqui está mais um aspecto que ainda não dispõe de concordância majoritária: há quem defenda que a SIES desenvolve-se a partir de características pessoais como a falta de um propósito para viver e uma personalidade que impossibilita a vítima de superar e lidar com a situação de uma forma lúcida e consciente e, de outro lado, há quem respalde que a SIES é uma resposta universal a uma ameaça que desperta nas vítimas os mecanismos de defesa que as protegem e as levam ao enfrentamento dos fatos

ao passo que se gera a esperança, mesmo que remota, de sobrevivência (RIZO-MARTÍNEZ, 2018).

Tal relação estabelecida entre alunos e professores quando há suposta doutrinação foi associada por Miguel Nagib e em posts feitos nas redes sociais do movimento em algumas oportunidades (NAGIB, 2011; TWITTER, 2019; ZANELLA, 2018<sup>5</sup>). O que instiga e leva a estabelecer tal panorama é a defesa vigorosa do então professor acusado de doutrinação vinda de alguns estudantes, fazendo com que os denomine como “[...] horda de pequenos militantes” (NAGIB, 2011). No site do movimento é destinado um espaço específico para tratar da SIES cuja categoria contém atualmente sete artigos que relatam episódios de doutrinação que, segundo o ESP, encaixam-se na perspectiva de “sequestro intelectual” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a).

Sobre a síndrome, o site dispõe de uma análise simplista da patologia em que afirma-se que “[...] dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a). Esse pensamento é a base da analogia proposta pelo movimento, e mais: é a tese do ESP, é onde toda a sua justificativa de existência e pertinência está disposta. Em tese, é a situação em que o estudante, além de defender veementemente o professor, recusa-se a concordar que está sendo doutrinado e usado como massa de manobra. Nega-se, assim, a capacidade e predisposição do aluno de questionar e formar sua própria opinião a partir de suas experiências de vida em concomitância ao conhecimento adquirido ao longo dela através da educação formal e informal.

Afirmou-se inicialmente que o fato principiador do ESP se apresenta como um folclore, o que também podemos chamar de “mito fundador” ou “tradição inventada”. Este último conceito, presente no texto “Invenção das tradições” de Hobsbawm (1997), é uma expressão que pode ser utilizada de forma ampla, com diversos contextos e objetos. Hobsbawm considera a “invenção de tradições” um meio de formalização e ritualização que, ao referir-se incessantemente ao passado, define um padrão de perpetuidade e repetição. Nesse sentido, ainda para Hobsbawm (1997, p. 10), as tradições inventadas “[...] são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através de repetição quase que obrigatória”. Não se quer, de modo algum, negar o

---

<sup>5</sup> O vídeo original estava disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=2D99O1utDMc&t=2s>. Porém, em 2020, foi retirado do ar sem justificativas.

ocorrido narrado por Nagib numerosas vezes. Quer-se, contudo, enfatizar como esta narrativa, ao ser incansavelmente repetida, veste-se como verdade absoluta, como um fato que reflete “a realidade do sistema educacional brasileiro em todos seus níveis”. Logo, essa narrativa é o que caracteriza e fundamenta a identidade do ESP: um movimento que se alega árduo defensor dos direitos dos alunos e da família face à doutrinação ideológica praticada pelo “[...] exército organizado de militantes travestidos de professores que se prevalece da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes [aos alunos] a sua própria visão de mundo” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b, grifo do autor).

Construindo uma análise sobre o mito fundador do ESP, Penna e Salles (2017, p. 13), concluem que tal construção não ocorreu por mera coincidência visto que “[...] essa narrativa serve uma função específica, transmitindo a mensagem de como o movimento quer ser visto e percebido dentro do espaço público”. Tendo como ponto de partida este fato, o ESP estrutura-se como um movimento que defende: 1) o direito da família de interferir nos conteúdos e metodologias em sala de aula e não ter seus valores questionados; 2) o dever da escola de instruir enquanto a família cabe educar; 3) negação da pluralidade, mesmo que nunca feita de forma explícita; 4) ensino tecnicista; 5) combate ao marxismo cultural, ideologia de gênero e doutrinação; 6) educação com fins mercadológicos; (GUILHERME; PICOLI, 2018; PENNA; SALLES, 2017; MIGUEL, 2016; PENNA, 2017).

Adorno (2020) nos lembra de que a democracia está sempre em ameaça uma vez que a barbárie usufrui desta realidade, alimentando-se e crescendo dentro dos regimes democráticos através de seus mecanismos e instituições. Ou seja, a barbárie floresce valendo-se dos valores democráticos e vendendo-se como democrática. O ESP é um exemplo disso, visto que se serve de dispositivos legais para validar sua narrativa e construção histórica, usando as leis que fazem do Brasil um Estado Democrático de Direito. Este é o caso da Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica, realizado em novembro de 1969, na Costa Rica, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), organização criada através de um tratado em que o Brasil é signatário para atuar na frente de direitos humanos no território americano. Mesmo tendo sido celebrada na década de 1960, o texto do Pacto de San José da Costa Rica foi aderido pelo Brasil apenas em setembro de 1992 através do Decreto Nº 27/1992, originário do Projeto de Decreto Legislativo 132/1986, sendo promulgado através do Decreto 678/1992. Usufruindo de status supralegal, é superior às leis infraconstitucionais (normas, leis ou regulamentos que não estão incluídos na norma constitucional), submetendo-se apenas à Constituição Federal de 1988.

Em seu teor, a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) prevê com maior atenção em seu texto a direitos civis e políticos. Contudo, trata conjuntamente, no Artigo 26, de direitos sociais, econômicos e culturais, reconhecendo que os direitos essenciais da pessoa humana derivam da sua condição humana, e não de sua nacionalidade. Sua redação é organizada em três segmentos: I) Deveres do Estado e Direitos Protegidos; II) Meios de Proteção; III) Disposições Gerais e Transitórias. Todavia, no caso específico do presente texto, iremos nos debruçar sobre o Artigo 12 do Pacto que zela pelos direitos acerca da liberdade de consciência e de religião, com ênfase no inciso 4 que reza: “[...] os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (OEA, 1996).

Sendo mencionado por Miguel Nagib sempre que possível para reafirmar que, alegadamente, o ESP “[...] não cria nenhuma obrigação que não exista, nem proíbe nada que já é proibido” (INSTITUTO BORBOREMA, 2016), e constar até mesmo na justificativa de proposição do PL 7180/2014 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014), o uso e interpretação empreendido pelo ESP perante este item lhe são deveras conveniente. Afinal, lendo-o de forma isolada, reitera a afirmativa do movimento que aos pais cabe à educação e a escola cabe à instrução. Apesar de usufruir apenas do que lhe favorece ser uma estratégia inteligente para tentar encontrar bases legais que justifiquem sua existência, o ESP “esquece” de citar neste recorte, por exemplo, o inciso 1 do Artigo 13 do Pacto, que por sua vez, salvaguarda que

[...] toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (OEA, 1996).

Sendo assim, os Artigos 12 e 13 precisam ser lidos em concomitância para que se tenha a contextualização correta de seu conteúdo e objetivo, e não o contrário, ao passo que se apropriam da única parte que favorece uma narrativa deixando para trás os demais aspectos que, com forças somadas, são de suma importância para a garantia de um país e um continente mais justo.

A partir dessa interpretação conveniente do Pacto, na seção “Objetivos” de seu site, o ESP afirma que sua fundação pretende “[...] dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b). Explanando de outro modo, seu objetivo é instruir e inteirar os alunos sobre seus direitos em contraste com os

deveres dos professores para que assim eles possam, quando seus direitos forem afligidos em sala, reivindicá-los. Uma vez que este é um recinto que seria dominado pela figura de autoridade do professor, é um espaço em que os alunos desempenham um papel passivo frente ao processo de ensino-aprendizagem (DEBATE, 2016).

Também de acordo com o site do movimento, “[...] informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres [dos professores], a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por ele” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b, grifo) é posto pelo movimento como sendo um de seus objetivos primordiais. Em síntese, o ESP tem, de um lado, a preocupação com a suposta contaminação político-ideológica de escolas e universidades e, de outro, a violência cometida pelos professores quanto ao apoderamento de direitos dos pais e seus filhos que eles tenham a educação moral e religiosa que lhes convém. Toda essa estruturação é de grande importância para a construção e fortificação do movimento que dispõe de um modelo de notificação extrajudicial e, também, de um espaço exclusivo em seu site para dar voz aos pais e estudantes supostamente vítimas da doutrinação nas escolas e universidades por todo país, fato que corrobora com sua narrativa e escopo.

É de grande preocupação para os apoiadores do ESP, como já mencionado, que caiba à escola apenas a instrução e a transmissão de conhecimento. É de suma importância que a escola não ultrapasse uma linha moral e invada o mundo privado de cada aluno e, por consequência, de cada família. Mas, afinal, qual é a função da escola e da educação como um todo? Adorno (2020) traz a questão da memória e pensamento para constituir uma educação contra a barbárie, cujo principal objetivo seria compreender – no caso de seu texto, o Nazismo – para que ela não mais se repita. Este processo implica conhecer a violência gerada, suas causas, formas, agentes e beneficiários, sempre considerando o outro como um ser sofrente e digno (perspectiva ética) e enaltecendo a apresentação do “eu” e do conteúdo manifestando, assim, a indignação (perspectiva estética). Biesta (2021) propõe a educação como uma pedagogia da interrupção, em que a educação está na interposição aos processos automáticos da máquina de produção de desejos/consumismo que é a base do sistema capitalista. A centralidade da educação é o outro. Arendt (2016), por sua vez, defende que a educação é necessariamente uma ação conservadora no sentido de conservar o mundo enquanto espaço de pluralidade, em que o ato de educar é uma responsabilidade que precisa ser assumida frente ao novo que cada ser e cada geração propiciam ao mundo. Já Savater (1998), propõe a educação universalizadora, uma educação que esteja acessível a todos, sem excluir, a priori, alguém do processo, transformando a educação em uma sublevação ao destino que não leva em conta o berço, o sobrenome ou a

hierarquia social, mas que possibilita o acesso de cada indivíduo ao aprendizado básico de qualidade. Defronte à tantas possibilidades e respostas do que é a educação e qual o papel da escola nesse processo, seria justo, ético e responsável com o mundo e com as próximas gerações utilizar o potencial da escola e do professor apenas para a transmissão de conteúdos sem problematizar suas implicações éticas e políticas?

Pode-se concluir que na educação “há um nível externo que tem a ver com a transferência de conhecimentos e habilidades [ou seja, instruir] e um nível interno que se preocupa com a formação do caráter, com sua forma de se relacionar com outros indivíduos e sociedade [quer dizer, educar]... assim, este nível interno é político” (MORGAN; GUILHERME, 2015 *apud* GUILHERME; PICOLI, 2018, p. 5). Ensinar é dar o sentido ao que é tratado em sala de aula, é construir um caminho com bases sólidas para a aprendizagem do aluno. É trazer reflexões para que as novas gerações compreendam não só o conteúdo, mas os conteúdos a partir da sua experiência de vida. Mais do que conteúdos, a educação é o trabalho com valores, ética e cidadania. É a preparação da pessoa para a vida, para o mundo enquanto espaço de pluralidade. Fazer do ambiente escolar e do professor apenas um mecanismo de transmissão, é tirar dos alunos a oportunidade de serem apresentados ao mundo como ele é: um lugar habitado por homens e mulheres no plural, com ideias plurais (ARENDDT, 2017). Partindo da educação, fazemos da escola um lugar seguro para que a nova geração possa errar e aprender com seus erros, dando condições para que os alunos reflitam do por que agem da forma que agem.

Arendt (2016) defende que a escola, e por consequência o professor, precisa apresentar o mundo ao aluno, assumindo a impossibilidade de neutralidade, porém, não falando o que o mundo é ou como desejaria que fosse, pois quem faz isso é o próprio aluno, mas permitindo que ele tire suas próprias conclusões, construindo a partir disso sua visão de mundo. Deste modo, ele tem a chance de oferecer algo de novo para o mundo, conservando assim a possibilidade da novidade. Assim como a escola, a família também educa e auxilia no processo de construção de valores e da moral dos indivíduos, visto que sua socialização primária está diretamente alicerçada ao âmbito privado.

Partindo deste fato, como destaca Guilherme e Picoli (2018, p. 6), as propostas dos PLs do ESP que defendem a impossibilidade da escola invadir o ambiente privado, indo de encontro à opinião familiar, “[...] reifica a opinião e impõe o entendimento de que cada um possui sua ética e que toda opinião tem o mesmo valor.” Nessa situação uma opinião racista não poderia ser enfrentada pelo professor pois poderia entrar diretamente em conflito com as opiniões familiares. Contudo, o não enfrentamento de uma opinião como essa, compromete a luta contra

a barbarização e impõe ainda mais riscos à nossa democracia. Ou seja, quando a opinião familiar é antidemocrática ou racista, por exemplo, é necessário posicionar-se contra essa realidade mesmo que confronte a moral familiar. Um valor ou posicionamento antidemocrático jamais poderá, ou pelo menos não deveria, ser equiparado a um valor que defenda as instituições democráticas e a democracia como um todo (GUILHERME; PICOLI, 2018). Não fazer esse embate é legitimar e consolidar a opinião familiar, é educar para o racismo e a incivilidade. Embora acredite-se que está apenas instruindo, está educando para a barbárie. Sendo assim, concorda-se com os autores quando dizem que “[...] a contraposição entre educar e instruir é obsoleta e enganosa” (GUILHERME; PICOLI, 2018, p. 4).

Seguindo nossa análise, por mais elaborado que seja o mito de origem do Escola Sem Partido, há fortes indícios de que por trás desta história há outras motivações para sua fundação. Penna e Salles (2017) discorrem acerca da “dupla certidão de nascimento” do ESP, em que investigam a rede de intelectuais que fundamentam o discurso do movimento como Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, e a relação desses intelectuais com os criadores do movimento antes mesmo de sua existência. O que ligaria, então, Lehmann, Carvalho e Nagib? Penna e Salles (2017, p. 25), denotam como ponto de encontro o extinto Instituto Liberal de Brasília (ILB)<sup>6</sup>, cuja função exercida era “[...] servir como ponto de encontro para articulação política da intelectualidade conservadora e neoliberal da região”. Ao decorrer do texto, os autores conseguem correlacionar esses personagens, cuja ênfase é dada a Olavo de Carvalho e a um texto seu intitulado “O estupro intelectual da infância (carta de Miguel Nagib ao professor Iomar)” que discorre brevemente sobre o ocorrido com Nagib e sua filha mas esforça-se em compartilhar aspectos sobre “a atual loucura brasileira” (CARVALHO, 2003).

Diferentemente do ESP que, na generalidade de sua existência preocupa-se em culpar diretamente a figura do professor pela doutrinação político-ideológica nas escolas, Olavo de Carvalho parte do prisma e da culpabilização da militância esquerdista doutrinada e submissa aos “Cadernos do Cárcere” de Antonio Gramsci (1975), transformando-os em método pedagógico para emparelhar crianças e jovens que não são capazes de reagir e/ou criticar o assédio intelectual sofrido em sala de aula (CARVALHO, 2003). É a partir deste texto que os autores discorrem e fundamentam a tese da “dupla certidão de nascimento” bem como conseguem associar a relação de Nagib e Carvalho visto que os dois textos datam do mesmo dia, 19 de setembro de 2003 (PENNA; SALLES, 2017, p. 28). A versão oficial da fundação do ESP cumpre então, o papel de guarnecer o movimento com uma roupagem apartidária, o que

---

<sup>6</sup> Filial do Instituto Liberal, associação criada em 1983 cujo objetivo era difundir os ideários liberais no país.

torna qualquer crítica ou posicionamento contrário uma defesa e, mais do que isso, uma confirmação da doutrinação ideológica existente no sistema educacional como um todo.

Com o verniz politicamente democrático e neutro, o ESP vendeu-se ao longo da última década como uma das únicas e possíveis saídas para a crise educacional brasileira. Vendendo-se e sendo comprado por diversos agentes e segmentos da sociedade civil como única saída para as complexas questões que deixam até hoje uma lacuna a ser resolvida na educação em nosso país, a principal guinada do movimento ocorre em 2014, quando o então Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, convidou Miguel Nagib para escrever um projeto de lei (PL 2974/2014) a ser apresentado na Assembleia Legislativa daquele Estado. Neste mesmo ano, Carlos Bolsonaro, vereador no município do Rio de Janeiro, lançou o PL 867/2014<sup>7</sup> para juízo na Câmara Municipal. A partir deste fato, o ESP vislumbra um novo campo de atuação, agora propositivo: as casas legislativas. Assim, o ESP, em seu site oficial, desfruta de um espaço específico em que contém os modelos de anteprojeto para esferas municipais, estaduais e federal, e dois modelos de decretos estadual e municipal (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021). Como enfatizam Moura e Silva (2016), mesmo com o acervo de projetos já apresentados Brasil afora, pouco eles diferem entre si ou apresentam algo de novo além do que já se sabe sobre o Projeto Escola Sem Partido. Isso acontece por, justamente, os(as) propositores(as) desses PLs seguirem quase ao pé da letra os modelos disponíveis no site. Ou seja, pouco se importam em adaptar-se à realidade dos diferentes estados e municípios, em sobrevir um novo enredo ou novas perspectivas de debate. É, na maioria dos casos, um *Ctrl + C* e *Ctrl + V*, um copia e cola dos modelos disponíveis.

Após a solicitação feita e atendida, inúmeros projetos do ESP foram ostentados em diversas casas legislativas pelo país. De acordo com um estudo intitulado “6 anos de projetos 'Escola Sem Partido' no Brasil: Levantamento dos Projetos de Lei Estaduais, Municipais, Distritais e Federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar” (2000) realizado pela Frente Escola Sem Mordça com o financiamento do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior), do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) e da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil), desde 2014 já foram apresentados 237 projetos que partem da perspectiva do Escola Sem Partido, sendo 214 em municípios, estados e no Distrito Federal e

7

Disponível

em:

<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/13df1141087cf5230325775900523a40/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: 10 abr. 2021.

mais 23 projetos apresentados no Congresso Federal (MOURA; SILVA, 2020). Diante da profusa lista de projetos apresentados ao longo dos últimos anos, destacamos alguns para nossa análise, visto que são os que geraram maiores movimentações midiáticas e políticas.

Primeiramente, o PL 7180/2014, apresentado na Câmara dos Deputados por Erivelton Santana (PSC-BA), propõe a alteração do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB). A finalidade deste projeto é a modificação do inciso XIII do artigo 3º da LDB, em que, no lugar da “[...] garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996) a redação seria o

[...] respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Ou seja, os valores familiares passariam a ter prioridade sobre a educação escolar, uma vez que aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa passariam a ser tratados apenas na esfera privada e não poderiam fazer parte do currículo escolar, pois, na perspectiva do autor do projeto, não cabe à escola esse papel.

Seguindo, temos o PL 867/2015 (apensado no PL 7180/2014) que alvitra em seu Art. 3º que “[...] são vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Mais uma vez, limitando a atuação do professor em sala e cerceando a liberdade de aprendizagem do aluno pois, se aprovado, não se poderia ser debatido em sala de aula a Teoria da Evolução visto que seria grande a possibilidade de ter ao menos um aluno cuja religião fosse cristã, à exemplo. Seria inadmissível e ilegal o professor tratar de assuntos científicos como esse (pois fere o direito do pais de dar aos seus filhos uma educação moral e religiosa que lhes agrade) porém, é justo e auspicioso roubar dos alunos e alunas a possibilidade de conhecer diferentes visões de mundo, mesmo que contrárias às suas? Não é justamente pelo direito de se encontrar com outras visões de mundo dentro do ambiente escolar que ESP tanto luta?

Neste mesmo sentido, o PL 193/2016 apresentado pelo Senador Magno Pereira Malta (PR-ES) incorpora o Programa Escola Sem Partido à LDB sob a mesma justificativa dos PLs 867/2015 e 246/2019 denotados na Câmara dos Deputados. Contém, a notar, certa singularidade por determinar no parágrafo único do Art. 2º que

[...] o Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero” (SENADO FEDERAL, 2016).

Quer-se vedar a suposta teoria ou ideologia de gênero, contudo, nem mesmo explica ou conceitua-se o que seria essa teoria ou quais são seus malefícios para a construção da personalidade e aprendizagem dos alunos. Ou seja: sempre há lacunas não preenchidas, sempre há ataques e posturas receosas à posicionamentos, teorias e conceitos que não são definidos e/ou esclarecidos no delinear da tese.

Para findar por hora a discussão dos PLs já ostentados nas casas legislativas de 2014 até o presente momento, não se pode deixar de mencionar o PL 246/2019 apresentado à mesa diretora da Câmara dos Deputados pela Deputada Bia Kicis (PSL-DF), cunhada de Miguel Nagib e uma das líderes do movimento Revoltados *OnLine*<sup>8</sup> durante o processo de golpe da então presidente Dilma Rousseff em 2016. O projeto mantém as premissas dos anteriores, mas com a adição de uma pauta importante e melindrosa disposta no Art. 7º em que se procura assegurar “[...] aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Na justificativa afirma-se que as gravações não têm objetivo de vigiar a atuação docente, entretanto, no Art. 11 consta que “[...] o Poder Público contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Logo, as gravações das disciplinas que teriam, à priori, um objetivo pedagógico, em uma ocasião específica poderia servir como prova judicial contra o professor ou professora.

Mesmo com a quantidade profusa de projetos externados em todos os níveis do Poder Legislativo, ainda em 2016, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Procuradoria Geral da União e o próprio Superior Tribunal Federal (STF) manifestaram a inconstitucionalidade do Escola Sem Partido (GUILHERME; PICOLI, 2018). O STF, na pessoa do Ministro Luís Roberto Barroso, levantou-se contra a Lei Ordinária 7800/2016, oriunda do PL 69/2015 de autoria do Deputado Ricardo Nezinho que fora promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em maio de 2016. O julgamento da Ação Direta

---

<sup>8</sup> Página oficial no Facebook disponível em: <https://www.facebook.com/revoltadosonline/?fref=ts>. Acesso em 12 abr. 2021.

de Inconstitucionalidade (ADI) 5537, expedida pelo ministro Roberto Barroso em 2018 estendeu-se até agosto de 2020, quando, por nove votos favoráveis e um contrário, a corte do STF julgou o projeto em específico inconstitucional<sup>9</sup>. Segundo o texto da peça do ADI em questão, o projeto seria ilegítimo frente seis aspectos elucidados pelo Ministro no seguinte trecho:

I. Vícios formais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas: 1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III); 2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º); 3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais; 4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, “c” e “e”, ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos.

II. Inconstitucionalidades materiais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas: 5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214). 6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º). (STF, 2020, p. 1-3)

Autointitulado “Programa Escola Livre”, o PL 69/2015 do Estado de Alagoas reconhece a vulnerabilidade do aluno perante o processo de ensino-aprendizagem (Art. 1º, inciso V), proíbe a atividade de doutrinação político e ideológica em sala de aula (Art. 2º) e cria, no parágrafo único do Art. 6º um mecanismo de denúncia sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Educação de Alagoas (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, 2015). Tais aspectos notórios do PL cheio de pompa democrática refutado pela corte do STF resultaram em mais uma derrota do ESP, esmaecendo o movimento que já vinha desde o início do governo Bolsonaro perdendo não só o fôlego, mas lugar na mídia, nos debates e até no interesse público.

Mesmo com tantos projetos apresentados, o ESP até o momento não conseguiu emplacar uma Lei estadual ou federal (com exceção do exemplo citado a pouco). Desde a posse

---

<sup>9</sup> Neste momento compete enfatizar que o julgamento favorável a ADI 5537 diz respeito apenas ao caso da Lei Ordinária 7400/2016 do Estado de Alagoas. Não obstante, abre-se prerrogativas para um futuro posicionamento do STF quando defronte com outro projeto apresentado e/ou promulgado de teor similar.

de Jair Bolsonaro, Miguel Nagib expôs seu desagrado com o presidente visto que Bolsonaro, mesmo exaltando a bandeira do Escola Sem Partido durante a campanha, não levou adiante a pauta do movimento como prioridade no campo da educação dado que a primeira proposta apresentada pelo Ministério da Educação foi o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, instituído pelo Decreto N° 10.004, de 5 de setembro de 2019<sup>10</sup>. O ESP, no novo governo, é assunto quase batido não fosse o PL da Deputada Bia Kicis que continua em tramitação. O próprio Nagib afirma que “fez papel de bobo” por ter diversas reuniões desmarcadas para tratar do assunto (fato ocorrido ainda quando o MEC estava sob a direção do Ministro Ricardo Vélez) e que, sem o apoio de Bolsonaro e o do Poder Executivo, os projetos não irão avançar (GAZETA DO POVO, 2019).

O Escola Sem Partido nega pertencer a qualquer corrente de pensamento porque isto faz parte de sua estratégia retórica que busca criar para si uma imagem de algo universalmente inquestionável. Se esta fosse a realidade, por que tanto desagrado por ter sido colocado de lado após a posse de Bolsonaro? Frente aos mais diversos aspectos já levantados até então, dizer que o ESP é um movimento/programa sem influência política-ideológica é, no mínimo, contraditório. Savater (1998) sugere que a educação, em especial às instituições escolares, opera em torno de um ideal em que a sociedade deve se construir a partir do ato de educar. Que sociedade queremos construir? Que valores queremos perpetuar para que haja um futuro democrático? Ou melhor, quais são os valores e qual o modelo de sociedade o Escola Sem Partido e seus apoiadores querem arquitetar? É deste ponto de partida que estarão concentrados os esforços no desdobrar-se do presente texto, ao passo que iremos conhecer quem são os agentes políticos e sociais que estão por trás do fenômeno Escola Sem Partido. É sobre esses agentes e suas percepções de educação e de mundo que se dedica o capítulo seguinte.

---

<sup>10</sup> Disponível em:

[http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto\\_n10004\\_de\\_5\\_de\\_setembro\\_de\\_2019\\_dou\\_pecim.pdf](http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf). Acesso em: 12 abr. 2021.

### 3 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

O Brasil oitocentista, dividido entre os partidos Conservador e Liberal, e o movimento de independência dos Estados Unidos na década de 1770, de base liberal e democrática, mas conservador no que se refere aos interesses escravocratas são exemplos históricos claros e precisos da capacidade de união liberal e conservadora quando esses agentes se deparam com possíveis ameaças à sua gama de privilégios. Nesse momento, pretende-se compreender as duas faces dessa mesma moeda com ênfase no espectro político brasileiro dentro do recorte temporal de 2010 a 2021, analisando esses dois grupos sob a ótica reacionária, ou seja, sob a perspectiva de reação deles contra algo que, para eles, constitui uma ameaça à sua existência.

Para Lilla (2018, p. 14-15), o atual espírito reacionário, guiado pela nostalgia política avigorada no pós-guerras mundiais que despertaram o desespero perante “[...] o fim da civilização como a conhecemos [...] é movido por paixões e suposições não menos compreensíveis que às dos revolucionários, desenvolvendo teorias não menos sofisticadas para explicar o curso da história e esclarecer o presente”. Ambas figuras históricas ou desejam voltar ao passado idealizado, ou querem construir uma nova ordem que se assemelhe a esse passado. Contudo, enquanto o que move o revolucionário é a esperança de que ainda não chegamos no que deveríamos ser como sociedade, o reacionário é impulsionado pela ânsia de restabelecer um passado mítico, um passado em que éramos o que deveríamos ser. O reacionário sente-se à margem da correnteza da história. Como afirma Lilla (2018, p. 12), “[...] onde os outros veem o rio do tempo fluindo como sempre fluiu, o reacionário enxerga os destroços do paraíso passando à deriva”.

O crescente avanço neoliberal e neoconservador nos debates políticos, principalmente acerca das políticas públicas educacionais, é um fato que pode ser identificado em diversas partes do globo. Apple (2001) discorre sobre o surgimento de uma nova fusão de setores da sociedade no pós-Segunda Guerra, por volta dos anos de 1960 e 1970, nos Estados Unidos: a Nova Direita. Apple indica quatro grupos principais que se abrigam debaixo deste “guarda-chuva” hegemônico:

- (1) as elites políticas e econômicas dominantes que tentam modernizar a economia e as instituições a ela ligadas;
- (2) os grupos de classe média e classe trabalhadora que desconfiam do Estado e estão preocupados com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais, e que constituem um segmento cada vez mais ativo, podendo ser chamados de “populistas autoritários”;
- (3) os conservadores econômicos e culturais como William Bennett, que querem uma volta aos “altos padrões”, à disciplina e à competição darwinista;
- e (4) uma fração da nova classe

média que pode não concordar totalmente com esses outros grupos, mas cujos próprios interesses profissionais e progresso dependem da expansão de sistemas de prestação de contas, da busca da eficiência e de procedimentos gerenciais, os quais constituem seu próprio capital cultural (APPLE, 2001, p. 32).

Dentro da nova aliança direitista estadunidense, todos os grupos citados posicionavam-se contra o Estado de Bem-Estar Social e eram defensores da restauração de valores tradicionais centrados na família, no indivíduo e na moral, uma vez que essa seria a única saída para superar a crise do capitalismo da década de 1970. No pós-guerra, os EUA passaram por uma década de crescimento de produção e vendas, prosperidade econômica que impulsionou a organização de movimentos civis que buscavam seu espaço social e conquistando-o em diversas pautas (APPLE, 2001). Sendo assim, para neoconservadores e neoliberais, este tipo de atuação do Estado (de efetivar políticas públicas de assistência social) beneficiava apenas esses grupos minoritários (negros, mulheres, pobres e etc.), grupos que, para eles, não pertencem à “cultura dominante” e estariam deste modo ocupando o espaço dos verdadeiros merecedores destes benefícios, da “verdadeira população dos EUA” (APPLE, 1997)

Segundo Picoli e Guilherme (2020, p. 199, tradução nossa), o fazer político neoliberal é “[...] caracterizado pelo corte de impostos, restrição de orçamentos públicos, privatização de ativos públicos, mercantilização de relacionamentos, desregulamentação do sistema bancário e flexibilização das leis trabalhistas”. Contudo, o neoliberalismo não pode ser entendido apenas como uma política monetária, mas sim como uma estratégia política que visa modificar a sociedade e transformar o ser humano, seu modo de vida, seus valores e a forma como se relaciona consigo e com o outro (PICOLI; GUILHERME, 2020). Não por acaso um de seus principais focos de mudança é o sistema escolar e as universidades, justamente por serem espaços onde se constrói o que os teóricos do neoliberalismo chamam de “capital humano” cujo objetivo é fomentar um sistema baseado em competitividade e meritocracia em que o indivíduo é avaliado por seu desempenho e eficiência. Friedman, um dos principais pensadores acerca do neoliberalismo, em especial sobre os EUA, ao discorrer sobre esse conceito nos possibilita identificar uma defesa tácita à escravidão quando afirma que

[...] o fato de que às fontes de capital humano não se possam nem comprar nem vender em nossa sociedade significa [...] que o capital humano não proporciona em situações de dificuldade uma reserva tão boa como o capital não humano [...] Devido ao marco institucional e devido às imperfeições do mercado de capitais, não podemos esperar que o capital humano responda a pressões e incentivos (FRIEDMAN, apud HINKELAMMERT, 1983, p. 104, grifos do autor)

A busca por um “capital humano” acrítico e de baixo custo é o que movimenta as engrenagens no mundo moderno. Sendo assim, o neoliberalismo que vemos hoje é fruto de

mudanças e de adaptações para com seu tempo histórico e suas necessidades. Friedman (1984, p. 14) consegue nos dar um panorama geral destas alterações no discurso liberal ao longo dos séculos:

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade [...] A partir do fim do século XIX e, especialmente, depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a ser associado a pontos de vista bem diferentes, especialmente em termos de política econômica. Passou, assim, a ser associado à predisposição de contar, principalmente, com o Estado - em vez de contar com providências privadas voluntárias - para alcançar objetivos considerados desejáveis. As palavras-chave eram agora bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade, ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico. No momento exato em que faz recuar o relógio para o mercantilismo do século XVII, acusa os verdadeiros liberais de serem reacionários.

Em resumo, o liberalismo clássico enxerga o mercado como um ambiente de troca que funciona a partir de determinadas necessidades, tendo suas “leis naturais”, não havendo, portanto, a necessidade de intervenções exteriores. Já o neoliberalismo altera essa percepção, uma vez que a base da lógica econômica parte da garantia do Estado em propiciar um espaço de livre concorrência que favoreça quem já tem nas mãos a hegemonia do mercado. Partindo desta análise feita por Friedman, e como afirmam Picoli e Guilherme (2020, p. 201, tradução nossa), o neoliberalismo pode ser considerado uma “[...] reação orquestrada da direita contra os contínuos fracassos dos governos de esquerda em administrar a economia com sucesso e que, em última análise, levaram a uma reação contrária aos direitos dos trabalhadores, mulheres, crianças e grupos minoritários”. Nos Estados Unidos, por exemplo, as pautas neoliberais surgem como reação a políticas como o New Deal, políticas de intervenção estatal colocadas em prática por Roosevelt para combater os efeitos da crise de 1929 (FRIEDMAN, 1984).

O neoliberalismo pode ser caracterizado

[...] como uma prática, como uma “maneira de fazer” orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua [...] devendo ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo - racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, a regra interna da economia máxima (FOUCAULT, 1997, p. 90).

Neste sentido, o neoliberalismo é hoje o que Foucault (2008, p. 214) conceitua como episteme, ou seja, “[...] algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época”. Sob outra perspectiva, Foucault compreende o neoliberalismo não só uma

ideologia ou forma política de governança, ele vai além e assume uma forma de ser, de pensar e de organizar a sociedade como um todo.

Com exceção do Chile que em 1973, após o governo de Augusto Pinochet assumir o poder e instaurar uma severa ditadura que passa a servir como uma espécie de laboratório de políticas neoliberais, a expansão do neoliberalismo como forma de governo a nível global só acontece na década seguinte, em 1980. Na década de 1970, os principais países que estavam avançados dentro do espectro capitalista encontravam-se sob o governo de socialdemocratas, contudo, a década seguinte foi marcada pelo avanço da política com base neoliberal e neoconservadora, sendo que Margaret Thatcher e Ronald Reagan simbolizam, à exemplo, o rompimento com o regime fordista e keynesiano rumo à desregulamentação e flexibilização irrestrita (DARDOT; LAVAL, 2016).

Sendo construído como uma ideologia que molda a sociedade com os fundamentos mercadológicos e empresariais, o neoliberalismo é necessariamente autoritário, sendo visto, concomitantemente, como uma nova forma de imperialismo “porque visa afirmar sua própria verdade como a única Verdade, não só na esfera econômica, mas também em todas as esferas da vida, individual e social” (PICOLI; GUILHERME, 2020, p. 204, tradução nossa). Esta relação contígua é desvendada a partir do que Friedman (2000) chama de “Milagre Chileno”, expressão usada por ele ao referir-se à ditadura chilena de Pinochet, o laboratório de políticas neoliberais em todos os âmbitos da sociedade, em especial na educação, legado que perdura até hoje apesar das três décadas de governo democrático.

Antes de pensarmos especificamente sobre as políticas educacionais do governo de Pinochet que foram, e são até hoje, o “modelo” ou a “inspiração” para novas políticas públicas, o primeiro aspecto de que precisa ser destacado neste momento é a clareza sobre o fato que a educação neoliberal é, impreterivelmente, uma educação normalizadora. Ou seja, uma educação cujo objetivo primeiro é moldar um indivíduo que aceita e deseja a realidade que lhe é imposta sem pestanejar, sem ousar levantar-se contra o sistema erguido sobre a égide da desigualdade e da exploração. Uma ferramenta operada para incutir a educação normalizadora nas políticas públicas são os exames que resultam em uma classificação padronizada, ou seja, um ranking educacional em que classifica-se escolas, alunos e professores (PICOLI, 2020). Dentre os exames deste tipo, deve-se enfatizar o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) criado para avaliar a performance de estudantes, escolas e países na educação básica. Peritagens como o PISA acabam por direcionar o que e como os conteúdos devem ser tratados em sala, bem como quais devem ter uma maior atenção e investimento de tempo/verbas públicas visto que as escolas que não se enquadram nos moldes de exames como esse, incorrem

no risco de ser rebaixados no ranking final implicando diretamente no recebimento de verbas governamentais (PICOLI; GUILHERME, 2020.)

No caso chileno, a implementação das políticas neoliberais provocou uma drástica mudança na estrutura educacional, setor político-social que foi uma de suas prioridades logo de imediato. Sob a liderança dos *Chicago Boys*, liberais formados na Universidade de Chicago para “solucionar” os problemas do país, a privatização dos bens públicos foi um dos carros-chefes da política neoliberal na qual, por consequência, as universidades públicas passaram a cobrar mensalidades e taxas de permanência. Com a Lei Orgânica Constitucional da Educação promulgada por Pinochet dias antes de entregar o cargo, estabeleceu-se quatro pilares principais na estrutura de educação chilena: 1) a reestruturação do sistema sócio-político e educacional ao passo que o atuação do Estado é transformada; 2) a implementação de um novo modelo de gestão educacional que passa a incluir os "apoiaadores" como novos agentes; 3) a nova lógica de financiamento da educação tendo o Estado como subsidiário concomitante à execução da política de vouchers; 4) e a privatização da rede educação superior (BUDNIK *et al*, 2011). O propósito dessas mudanças é alcançar a almejada “liberdade de mercado” para que, assim, os "melhores" possam se destacar.

A lógica neoliberal de meritocracia acaba por incutir no âmago dos seres humanos que sua situação de vida, seja boa ou ruim, é responsabilidade de cada indivíduo. Diante das demandas do mercado meritocrático que são impostas à educação, temos a questão da mensuração da aprendizagem que, no Brasil, pode ser correlacionada ao Exame Nacional do Ensino Médio e ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, desenvolvido a partir da Avaliação Nacional da Educação Básica e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar e, também, a Provinha Brasil e a Prova Brasil, destinado de 1º à 4º ano e 5º à 9º do ensino fundamental, respectivamente (MEC, 2021). Biesta (2018, p. 23) ao passo que critica esse modelo neoliberal de educação, afirma que “[...] o objetivo da educação nunca é que as crianças e jovens aprendam [...], mas sim que crianças e jovens aprendam alguma coisa, que aprendam por um motivo e que aprendam isso de alguém”. Têm-se, então, a problemática da mensuração de “resultados educacionais” (BIESTA, 2012). É preciso aprender algo “útil” para o mercado uma vez que tudo precisa ter um objetivo e uma finalidade. É preciso aprender a se transformar no capital humano à ser engolido pelo mercado.

Todo o sistema de estresse, pressão e cobrança em que os indivíduos são expostos desde o nascimento culmina na “[...] incerteza e instabilidade de se ser julgado de diferentes maneiras, por diferentes meios, através de diferentes agentes e agências e a exigência de termos de mostrar desempenhos excelentes, ou pelo menos credíveis, coletiva ou individualmente, em momentos

de revisão, avaliação/apreciação e inspeção” (BALL, 2002). Há uma cobrança interna e externa o tempo todo, caracterizando a sociedade contemporânea como uma sociedade do cansaço, expressão que dá nome a uma obra de Byung-Chul Han.

Han (2017) explora os aspectos desta sociedade que, por conta do excesso de positividade (no exemplo em questão é uma positividade vazia cujo peso psíquico dessa prática é ignorado) transformou-nos em carrascos da nossa própria existência. Cada época possui suas enfermidades e nosso tempo histórico atual pode ser caracterizado como a era da violência neuronal, produto da sociedade do desempenho, da sociedade em que a produtividade é o guia e a meta de cada indivíduo. O sujeito da obediência de Foucault dá espaço ao sujeito do desempenho, o sujeito neoliberal que projeta para si uma forma ideal de existência. Entretanto, não quer dizer que o sujeito de Foucault tenha sido superado ou deixado de existir, ao contrário, para Han (2017), o sujeito da obediência e o sujeito do desempenho se retroalimentam. Contudo, não é mais preciso um sistema de vigilância. Na sociedade do cansaço o indivíduo é seu próprio carrasco que, sob a ilusão de “liberdade” e da “autorrealização”, pratica uma espécie de servidão voluntária. Neste novo meio social, o “valor” do indivíduo (desempenho) é medido de acordo com o que pode produzir. Mais desempenho é sinônimo de mais valor ao mesmo passo que ao não atingir as metas impostas pelo próprio indivíduo ou por terceiros, vive com a angústia de ser um “fracassado”.

Outro aspecto merecedor de nossa análise na ênfase por resultados se insere o *boom* dos chamados *coaches*. A origem do termo tem referência às carruagens do século XVI que tinham como objetivo levar pessoas e objetos de um lugar para outro. De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Coaching (IBC),

[...] coaching é um processo, uma metodologia, um conjunto de competências e habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas por absolutamente qualquer pessoa pra alcançar um objetivo na vida pessoal ou profissional, até 20 vezes mais rápido, comprovadamente [...] O Coaching é um processo definido como um mix de recursos que utiliza técnicas, ferramentas e conhecimentos de diversas ciências como a administração, gestão de pessoas, psicologia, neurociência, linguagem ericksoniana, recursos humanos, planejamento estratégico, entre outras. A metodologia visa a conquista de grandes e efetivos resultados em qualquer contexto, seja pessoal, profissional, social, familiar, espiritual ou financeiro (IBC, 2021).

Segundo dados do International Coach Federation (ICF), o *coaching* é praticado em mais de 145 países e a estimativa de receita de *coaches* no mundo em 2019 foi de US \$2,849 bilhões dólares, representando uma expansão de 21% sobre os dados de 2015 (ICF, 2020). Hoje é possível encontrar *coach* para qualquer aspecto da vida humana. Temos *coaches* kids e militar, de relacionamento, de emagrecimento e até mesmo *coach* oncológico e coercitivo, que “treina”

os indivíduos a partir da violência psicológica.

A problemática nesse caso não é quando os treinamentos de *coaching*, por exemplo, são empreendidos no ramo empresarial com o intuito de desenvolver o potencial do empregador e também do empregado, propiciando a melhoria na qualidade do ambiente de trabalho e nas relações interpessoais. O grande problema é quando a teoria de que somos capazes de superar adversidades ao passo que desenvolvemos nossa liderança e potencial é adaptado para qualquer área da vida individual e da vida em sociedade, inclusive aquelas que não dependem, em momento algum, do indivíduo. Paulo Vieira<sup>11</sup>, autor do livro “O poder da ação” sugere que somos responsáveis, consciente ou inconscientemente, pelo mundo que vivemos, pelo dinheiro que temos ou não, pelas dívidas ou patrimônio que temos<sup>12</sup>. Às vezes, contudo, isso é reflexo da ausência de um propósito para lutarmos. Ao menos é o que diz Andressa Mendes durante uma de suas palestras em que afirma que os milhões de judeus presos e mortos durante o Holocausto “se entregavam” pois não tinham, eles, um propósito de vida (O GLOBO, 2018). Esse exemplo, por si só, já demonstra quão longe a lógica neoliberal da autorresponsabilização pode chegar.

Será que tudo é questão de escolha, de força de vontade e de ter um propósito para lutar? Será mesmo que os quase 15 milhões de brasileiros desempregados em março de 2021, a maior taxa trimestral desde o início deste registro em 2012 (G1, 2021b), e os brasileiros e brasileiras que se enquadram na taxa de pobreza e extrema pobreza, mais de 61 milhões e outros 19 milhões de pessoas em perspectiva até o fim de 2021 (HESSEL, 2021), são pessoas que vivem na ponta do abismo da fome por mero comodismo? Colocá-los como agentes da própria miséria, mascarando a responsabilização histórica do Estado e do mercado pela imensa desigualdade de raça, classe, gênero e sexualidade na raiz do mundo capitalista em que vivemos só são reflexo do fracasso de um modelo neoliberal que nos deixa como herança a perda total do senso coletivo e comunitário de vida e a perda do sentido amplo de humanidade. O “cada um por si e todos por ninguém” se torna, diante disso, um terreno fértil para o fanatismo e o reacionarismo assumirem o papel de oferecer um novo sentido de vida e tradição para o sujeito humano.

Vivendo em um ideário neoliberal fracassado, o fanatismo e o reacionarismo são

---

<sup>11</sup> Segundo o site da Federação Brasileira de Coaching Integral Sistêmico (FEBRACIS), Paulo Vieira é criador do método de Coaching Integral Sistêmico e já soma mais de um milhão de alunos. Ainda segundo o site, “além de colocar 11 livros nos rankings da Revista Veja e Folha de São Paulo durante sua trajetória, o Master Coach ainda ganhou o prêmio de autor que mais vendeu livros em 2018, pela Publish News, e o prêmio de 1 milhão de livros vendidos no mesmo ano, pela Editora Gente”. Disponível em: <https://febracis.com/sobre-paulo-vieira/>. Acesso em 13 out. 2021.

<sup>12</sup> Vídeo disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZGLgn1GcKug&ab\\_channel=PauloVieira-Febracis](https://www.youtube.com/watch?v=ZGLgn1GcKug&ab_channel=PauloVieira-Febracis). Acesso em: 16 ago. 2021.

confortos frente ao desamparo deste projeto não só de economia, mas de vida. Entretanto, é um conforto que não resolve o problema, ao contrário, direciona a raiva para o lugar errado e busca na tradição um alento. Os fanáticos, segundo Fromm (1969), juntamente com pensamento paranoico compõem o “raciocínio patológico na política”. Em especial, “[...] o fanático pode ser descrito como pessoa altamente narcisista, desligada do mundo exterior” (Fromm, 1969, p. 32). Sendo assim o aspecto cuja ênfase precisa ser explorada é o da sua incapacidade de sentir algo, visto que o sentimento autêntico é fruto, exclusivamente, da relação entre o eu e o mundo. Em seu estado patológico, o fanático

[...] construiu para si um ídolo, um absoluto, a que se entrega completamente, mas do qual também faz parte. Age, pensa e sente, então, em nome de seu ídolo, ou antes, têm a ilusão de “experimentar” uma sensação íntima, embora não tenha nenhum sentimento *autêntico* [...] É um apaixonado em sua submissão idólatra e em sua grandiosidade; e, não obstante, frio em sua incapacidade de ligações e sentimentos autênticos (FROMM, 1969, p. 33, grifo).

Por todo esse teor de idolatria ao que é “inquestionável” (seja a pátria, a moral, a tradição, ao dinheiro ou um líder) Fromm (1969), destaca quão sedutora e perigosa essa figura política pode ser. É a partir deste ponto que começaremos a análise do segundo grupo político-ideológico a que se propõe a presente pesquisa: os neoconservadores. Não se quer, de modo algum, generalizar e estender para todos os agentes neoconservadores o estereótipo de fanático e reacionário. Contudo, não se pode hesitar e, por ventura, não levar em consideração que esse raciocínio político está sim emaranhado nesta parcela da sociedade brasileira que vem ao longo da última década expandindo seu alcance e ocupando espaços importantes não só dentro dos debates políticos, mas chegando além e ocupando o cargo público mais alto: o de presidente da república.

Miguel (2016) aponta três grupos principais dentro da aliança neoconservadora no Brasil: libertarianistas, fundamentalistas religiosos e anticomunistas<sup>13</sup>. Neste texto, explica-se quem são e o que defendem estes grupos: os ultraliberais libertarianistas pregam uma teoria intelectualmente sofisticada de Estado mínimo e do mercado como regulador da sociedade, sendo “[...] promovida ativamente por fundações privadas estadunidenses, que treinam divulgadores e financiam grupos de intervenção” (MIGUEL, 2016, p. 593), como é o caso do Instituto Millenium. Os fundamentalistas tornam-se uma força política a partir de 1990 impulsionada pelo investimento em igrejas neopentecostais e “[...] se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos”

<sup>13</sup> Cabe o destaque de que apenas os fundamentalistas possuem uma bancada consolidada no Congresso Nacional.

(MIGUEL, 2016, p. 593). E, por fim, o anticomunismo que no Brasil ganhou uma nova roupagem, em que “o Partido dos Trabalhadores veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo no Brasil, gerando uma notável sobreposição entre o anticomunismo e o antipetismo” (MIGUEL, 2016, p. 594). Por mais que tais grupos agem de forma semelhante, é importante diferenciá-los individualmente.

Pensando na forma como esses grupos se aliam para defender seus ideais, Adorno (2020), lembra-nos quão difícil é enfrentar as ameaças que, na atualidade, se camuflam com vestes democráticas para corroer por dentro a própria democracia. Exemplo disso é a dimensão anti-intelectual do neoconservadorismo brasileiro que dentre tantos mecanismos e ferramentas, tem no ESP uma de suas mais fortes expressões. O anti-intelectualismo pode se manifestar de diversas formas, indo do negacionismo e revisionismo ideológico até a manipulação de fatos e a busca pela “Verdade” ainda não dita/assumida combatendo, por consequência, tudo que estimula o livre pensamento, indo além e recusando o conhecimento social e historicamente reconhecido e fundamentado a partir da metodologia científica (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020). Não é por acaso que um dos alvos vitais desse movimento são as universidades e o demonizado “marxismo cultural”, suposta conspiração esquerdista arquitetada a partir dos escritos de Antonio Gramsci, fundador do partido comunista italiano, cuja finalidade seria formar uma nova sociedade não mais através da revolução do proletariado, mas da dominação cultural por meio da destruição da cultura ocidental (CARVALHO, 2002).

A tese conspiracionista do marxismo cultural está, há tempos, no ideário do neoconservadorismo brasileiro e tem em Olavo de Carvalho, o “intelectual” que norteia as teses e argumentações, sua principal referência. Carvalho (2003) entende o marxismo como uma *sui generis*, ou seja, como algo original e único, não tendo semelhantes. Provido desta análise, se define o marxismo como uma cultura:

[...] o marxismo não é uma filosofia política, não é uma economia, não é um partido político, não é nenhuma dessas coisas isoladamente, mas é uma *cultura*, no sentido antropológico do termo. Uma cultura significa um universo inteiro, um complexo inteiro de crenças, símbolos, discursos, reações humanas, sentimentos, lendas, mitos, sentimentos de solidariedade, esquemas de ação e, sobretudo, dispositivos de autopreservação e de autodefesa (CARVALHO, 2003).

A partir de tal análise, Carvalho foi e ainda é, sem sombra de dúvidas, a principal figura que moldou não só o bolsonarismo, mas todo o setor da sociedade que a partir do negacionismo e revisionismo ideológico, luta pelo resgate do que Stanley (2020) chama de *passado mítico*, isto é, o resgate de uma visão idealizada do passado, passado esse que sequer existiu. Com a onda crescente de candidaturas e eleições de políticos com estreitos vínculos aos que chamamos

de nacional-populismo, como é o caso da eleição de Jair Bolsonaro, podemos identificar com a avalanche reacionária a busca por um passado de privilégio branco alimentado em meio às promessas neoliberais do último século que projetavam um futuro de sucesso (BERARDI, 2019). No caso brasileiro, outro passado que se quer restaurar é o período da Ditadura Civil-Militar. Oportunidade e criatividade para delinear o imaginário da massa populacional sob a guarida da gasta narrativa do político e ideologicamente neutro é o que não falta na era digital.

A respeito da anti-intelectualidade, particularmente ao revisionismo ideológico no Brasil contemporâneo sobre a Ditadura Civil-Militar (o passado mítico que grupos neoconservadores brasileiros buscam reaver) é quase impossível não mencionarmos o documentário disponível no YouTube e produzido pela empresa Brasil Paralelo intitulado “1964: o Brasil entre armas e livros”. Publicado em 2019, o documentário teve sua pré-estreia na rede de cinemas Cinemark no dia 31 de março do mesmo ano com sessões em Belo Horizonte, Recife, Curitiba e São Paulo. Entretanto, após diversas críticas de pesquisadores e instituições e ameaças de boicote nas redes sociais, a empresa suspendeu a exibição do documentário alegando que sua veiculação foi um erro cometido visto ignorância prévia sobre o tema e que a empresa não tem nenhum envolvimento com a produção audiovisual (ESTADÃO, 2019).

A produção mais vista da Brasil Paralelo em seu canal na plataforma YouTube é, justamente, o documentário em questão contando atualmente com cerca de 10 dos quase 140 milhões de visualizações na somatória total do canal que já possui 2 milhões de inscritos (BRASIL PARALELO, 2021). A produção é dividida em três momentos: o primeiro trata sobre a Guerra Fria; o segundo analisa o período da Ditadura em si; e, por fim, empenha-se incisivamente na discussão da tese que acabamos de mencionar, a tese de que as Universidades, a mídia e o setor cultural como um todo estão dominados pelo “marxismo cultural”. Coincidência, ou não, é a participação do próprio Olavo de Carvalho ao longo de todo o documentário, em especial nos seus momentos finais.

Mas, então, qual seria a relação entre não só essa, mas todas as produções da Brasil Paralelo com o anti-intelectualismo neoconservador e neoliberal dentro do espectro político atual? Ao apresentar-se como uma empresa política e ideologicamente neutra, livre de qualquer tipo de interferência, a Brasil Paralelo alega mostrar “a Verdade” oculta da História do nosso país, a verdade escondida pela academia e por todos os setores “infectados” pelo marxismo cultural (BRASIL PARALELO, 2019). O trio de sócios da empresa afirma que “1964” não têm nenhum viés ideológico. Não é de esquerda ou de direita, é apenas “a Verdade” (JOVEM PAN, 2019). Diga-se de passagem, é, de veras, muito fácil e confortável anunciar-se como a Verdade

visto que, deste modo, transforma-se em algo inquestionável, onde toda crítica a ela direcionada torna-se prova e fortalece o argumento da suposta contaminação marxista hegemônica que cala e persegue quem ousa levantar-se contra ela (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020). Outro “acaso” é a proximidade que o discurso da Brasil Paralelo tem do discurso empreendido pelo ESP visto que os dois alegam neutralidade e apresentam a suposta “verdade sufocada”. Seriam “apenas” patriotas que lutam para nos salvar dos inimigos internos que nos assombram desde o pré-golpe de 1964.

Para construir a (falsa) verdade que libertará a pátria, décadas de profundas e minuciosas pesquisas realizadas com grande rigor metodológico e científico são equiparadas a achismos e teorias conspiracionistas. No fenômeno do anti-intelectualismo se, por um lado, despreza o rigor científico, por outro, empenha-se arduamente para se apresentar cientificamente rigoroso (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020). Os ataques de membros do atual governo às universidades públicas corroboram com os argumentos aqui apresentados. Mesmo com dados comprobatórios que as universidades federais produzem cerca de 95% de toda produção científica do país, uma das primeiras medidas de Abraham Weintraub no cargo de Ministro da Educação do governo Bolsonaro foi justamente cortar cerca de 30% da verba para despesas discricionárias dos institutos e universidades federais (EL PAÍS, 2019), ou melhor, das “madrças de doutrinação” que, segundo o então ministro, são essas instituições (JORNAL DA CIDADE ONLINE, 2021). No novo governo, os responsáveis pela produção de ciência e novas tecnologias são vistos apenas como promotores de “balburdia”.

Diante da inconstância e incerteza da realidade em que se vive, busca-se respostas para resolver a problemática a todo custo, respostas que na maioria dos casos são simples e rápidas, mas totalmente ineficazes por não darem conta da complexidade das questões a que se propõem resolver (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020). Nesse mesmo sentido, Picoli, Chitolina e Guimarães (2020, p. 16-17) destacam que “[...] ambas, democracia e ciência, exigem tempo, paciência e diálogo. Ambas, também, não oferecem caminhos e respostas fáceis. Isso favorece a raiva, o ressentimento contra os procedimentos da democracia e da ciência, contra o diálogo e o rigor”. Na emergência produtivista imposta pelo modelo capitalista neoliberal, é necessário que tenha-se métrica e resultados rápidos. Sendo assim, o pensar não é visto como algo produtivo, até porque não há garantia nenhuma de que dar o pontapé inicial em uma pesquisa científica nos dê, ao final do processo, respostas para nossas perguntas. Ao contrário, muitas vezes findamos o processo com mais pontos de interrogação que no começo.

É este um dos pilares do anti-intelectualismo: não é a ciência que molda os ideais, são os ideais que moldam a pseudociência. Sendo assim, “[...] escolhe-se ideias como escolhe-se

bens de consumo: orientando-se para o bem-estar pessoal, para o conforto. Assim, seleciona-se ideias que não provocam o (re) pensar das convicções” (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020, p. 56-57). É nesse terreno fértil que o reacionário se infiltra na personalidade fanática em busca do passado mítico, da “Era de Ouro”. Como Lilla (2018) destaca,

[...] a profissão de fé do reacionário [...] começa com um Estado feliz e ordenado no qual as pessoas que conhecem seu devido lugar vivem em harmonia, submissas à tradição e a seu Deus. Vêm então ideias alienígenas promovidas por intelectuais - escritores, jornalistas, professores - questionar esta harmonia, e a vontade de preservar a ordem é debilitada no topo da pirâmide (LILLA, 2018, p. 12).

O espaço do reacionarismo é, então, onde encontram-se a grande parte de neoliberais e neoconservadores no Brasil contemporâneo visto que a nostalgia política e o discurso de que nos perdemos do que éramos em um passado não muito distante são a boia que os impede de afundar no rio do tempo. Esses personagens políticos se entrelaçam ao passo que ganham forças e transformam-se na barbárie que existe e ameaça diariamente a frágil democracia brasileira, tomando vida através de manifestações como o ESP.

Ao contrário do que Arendt (2016) constrói acerca do conceito de conservadorismo no sentido de conservar o mundo enquanto um espaço de pluralidade, assim possibilitando que as novas gerações, ao adentrarem no mundo público, o renovem através do novo em seu sentido mais amplo, o que o conservadorismo prega é a manutenção do *status quo*, ou seja, o mundo como ele está posto, combatendo ou expulsando tudo que tente romper com a “tradição” existente. Como afirma Apple (2001, p. 59), “[...] o conservadorismo acredita que nada deve ser feito pela primeira vez”. É, em outras palavras, a recusa do novo. Por outro lado, temos o neoliberalismo que prega, em sua essência, que a miséria ou sucesso de cada ser humano na terra é responsabilidade individual. Se perde, no meio dos tempos em que vivemos, a própria noção de humanidade visto que é criado um modelo de ser humano e de existência (KRENAK, 2020). Tudo que está fora dessa régua, sejam seres humanos, culturas ou ideologias, são desconsiderados.

Portanto, precisa-se ter claro, em primeiro lugar, que ambos grupos estão intrincados na mesma luta social, política, econômica e religiosa pois, como diria Eduardo Bolsonaro (2021), “[...] a guerra não é só política e cultural, é também espiritual”. É a Guerra Total de Hobsbawm (1995) com roupagens brasileiras. Com isso esclarecido, é necessário associar esta realidade com o fato do governo de Jair Bolsonaro ser o exemplo-mor de confluência desses grupos dentro do espectro temporal que propomos aqui analisar. O jargão usado por Bolsonaro e sua gama de apoiadores, “liberal na economia e conservador nos costumes”, não nos deixam

dúvidas que no meio político do Brasil contemporâneo estas são forças convergentes. Forças que, na última década, viram no ESP um espelho que reflete seus desejos e pautas. São as pautas neoliberais e neoconservadoras refletidas no ESP o objeto de análise do próximo capítulo.

#### **4 ESCOLA SEM PARTIDO COMO PONTO DE CONFLUÊNCIA DE PAUTAS NEOLIBERIAS E NEOCONSERVADORAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Uma crise econômica pode ser, e não raro é, acompanhada de uma crise moral. A crise econômica não só aumenta o desemprego e diminui a renda, mas também intensifica o racismo e a xenofobia sob a égide do fortalecimento da nação e do patriotismo (MOREIRA, 2020). A crise moral, conseqüentemente, leva-nos ao questionamento da “eficácia” de um regime democrático que, no Brasil, pode ser exemplificado a partir do questionamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) quando uma parcela da população, e até mesmo o atual chefe do poder executivo, enaltece publicamente e sem constrangimentos a figura de torturadores da Ditadura Civil-Militar ao passo que clama por um processo de intervenção militar. Contudo, exemplos de atos antidemocráticos não nos faltam no ano em que o presidente da República e seus apoiadores insistem na teoria de conspiração de fraude nas urnas eletrônicas, exigindo o fechamento do STF e do Congresso Nacional sob a narrativa de uma suposta (e não descartável) tentativa de golpe, pautas que tiveram no 7 de setembro de 2021 sua mais forte expressão popular (G1, 2021a).

A combinação dessas duas crises (econômica e moral, logo, liberal e conservadora) implica em novas políticas cujo objetivo é, se não resolver, amenizar os ânimos na conjuntura social, política e econômica em que se encontram. Como explicitado mais acima, a educação é, historicamente, uma esfera não só de disputas, mas também é um campo estratégico para que pautas de determinado governo e ideologia floresçam. Na sociedade em que o modelo capitalista neoliberal se impõe, a educação é uma das engrenagens da máquina mercadológica que está associada à lógica produtivista e subordinada às demandas do mercado. Sendo assim, quando as crises emergem, “[...] as medidas tomadas pelo Estado visam organizar a sociedade, adequando-a às necessidades do mercado” (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 33).

No caso brasileiro, dentro do recorte temporal aqui proposto, podemos relacionar a reforma trabalhista, a aprovação do teto de gastos, a reforma da previdência e as reformas que se projetam sobre a educação básica como exemplos da tentativa de adequar o corpo social às demandas do capital. Em especial, ao que se refere a reforma do ensino, podemos destacar a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, a reforma do ensino médio, a implementação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares e, é claro, a tentativa de emplacar a aprovação do Programa Escola Sem Partido.

A direita e a extrema-direita brasileira, assim como ocorreu nos Estados Unidos segundo Apple (2001), têm tido êxito ao aglutinar apoio contra o sistema educacional, bem como contra os profissionais dessa área. O autor explica que

[...] desta maneira, uma de suas maiores realizações (de setores neoliberais e neoconservadores) foi deslocar a culpa pelo desemprego e pelo subemprego, pela perda de competitividade econômica e pelo suposto colapso dos valores dos padrões “tradicionais” na família, na educação e nos postos de trabalho remunerados ou não, das políticas econômicas e culturais e sociais determinadas pelos grupos dominantes, para a escola e outras agências públicas (APPLE, 2001, p. 61-62, grifos nossos)

É a chamada “modernização conservadora”, movimento direitista liderado pelos neoliberais, cujo objetivo é formar uma frente ampla e encontrar pontos de convergência entre as mais diversas e aparentemente incompatíveis ideologias para possibilitar um fortalecimento mútuo (APPLE, 2001). Quanto ao ESP, essas forças estão emaranhadas desde sua fundação e exercem determinante influência em sua construção narrativa (PENNA; SALLES, 2017). Lima e Hypolito (2020) conseguem fazer um excepcional e fundamental trabalho ao elaborar um mapeamento dos principais apoiadores do ESP através de dados disponíveis na internet em que especificam algumas relações entre as figuras chave para a compreensão desta rede que é então dividida em partidos, veículos midiáticos, políticos, institutos, figuras públicas, jornalistas, movimentos políticos e associações.

Ao olhar para o esquema construído por Lima e Hypolito (2020), conseguimos identificar alguns agentes sociais da Nova Direita listados por Apple (2001) e também agentes que compõem o neoconservadorismo, segundo Miguel (2016). No que diz respeito ao gráfico elaborado vale o destaque de alguns apoiadores e seus nichos: Jair Bolsonaro, Silas Malafaia, Beatriz Kicis e Marco Feliciano (políticos); PSL, DEM, MDB, PDB, PP e PRB (partidos políticos de centro, direita e extrema-direita); Leandro Narloch, Rodrigo Constantino e Percival Puggina (jornalistas); Luiz Felipe Pondé, Miguel Nagib, Alexandre Frota e Olavo de Carvalho (figuras públicas); MBL (movimentos políticos); Institutos Liberal, Millenium e Borborema; Revista Veja, Telejornal RedeTV News e Jornal Gazeta do Povo (veículos midiáticos) (LIMA; HYPOLITO, 2020).

Após analisar os resultados desta pesquisa empreendida por Lima e Hypolito, pode-se afirmar que o projeto do ESP possui, então, características da retórica neoliberal e neoconservadora em seu discurso, alinhando-o, deste modo, para atender a demandas e ideologias específicas. Sendo assim, se os agentes destacados acima defendem a pauta do ESP, é porque eles se identificam com o discurso do movimento e, no momento que o ESP percebe

que pode ser favorecido com o apoio desses grupos, trabalha arduamente para que os interesses de ambos sejam envoltos pelo discurso de sua “neutralidade” política-ideológica.

Tendo conhecimento de quem são os apoiadores do ESP e quais são seus nichos políticos, resta saber: de que forma pode-se identificar quais são as características que pertencem a determinado grupo? Como essas características aparecem descritas nos PLs apresentados nas casas legislativas e nas manifestações públicas do ESP? Nesse momento do texto, o esforço estará direcionado para exemplificar e sustentar a tese de que o ESP é um ponto de convergência de pautas neoliberais e neoconservadoras, movimentos reacionários que conseguiram ascensão política a partir de 2010, principalmente, após o golpe político de 2016.

Sendo assim, um exemplo conciso do trabalho empreendido pelo ESP para aglutinar apoiadores teve destaque no início dos anos de 2010. Em 2004, quando se consolidou como movimento, a principal luta do ESP era contra a “doutrinação marxista”. Contudo, outra pauta foi colocada ao lado do combate ao marxismo nas escolas: o combate à ideologia de gênero. Como mencionado anteriormente, a luta contra uma suposta “ideologia de gênero” compõe a agenda neoconservadora brasileira sendo, a exemplo, uma das principais frentes aglutinadoras de apoiadores para a candidatura e eleição de Jair Messias Bolsonaro (na época PSL/RJ e atualmente sem filiação) em 2018. Tanto era uma pauta central que foi uma bandeira erguida por Bolsonaro durante a corrida presidencial que ele, descumprindo o protocolo de entrevistas com os candidatos para ocupar a cadeira do mais alto escalão do poder executivo durante o Jornal Nacional, mostrou ao vivo um livro que, segundo ele, é parte de um “kit gay” que fora distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) (JORNAL NACIONAL, 2018).

No que foi o momento mais conturbado de sua entrevista na bancada do Jornal Nacional, Bolsonaro mostrou por poucos segundos o livro intitulado “Aparelho sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas”, publicado pela Editora Cia das Letras em 2007, de autoria do suíço Philippe Chappuis (conhecido como Zep) e da francesa Hélène Bruller. Em transcrição das falas do hoje presidente da República quando questionado por Renata Vasconcellos, âncora do JN ao lado de William Bonner, sobre algumas das falas homofóbicas proferidas por Bolsonaro em diversas ocasiões, ele diz:

Isso começou a acontecer comigo em novembro de 2010, até este momento eu era uma pessoa normal, como você, no tocante a isso. Eu estava passando nos corredores da Câmara, vi algo acontecendo de forma esquisita, pois não é normal você ver na praia pessoas de paletó e gravata ou num Fórum pessoas com short de banho. Estava então um pessoal vestido a caráter e perguntei, sim, ao segurança se iria haver alguma Parada do Orgulho Gay na Câmara e então tomei conhecimento do que estava acontecendo: havia acabado o IX Seminário LGBT Infantil. Repito: o IX Seminário LGBT Infantil. Estavam discutindo e comemorando o lançamento de um material para

combater a homofobia que passou a ser conhecido como “kit gay” (JORNAL NACIONAL, 2018, grifos nossos).

Após pedir para que os pais retirassem seus filhos da sala naquele exato momento, foi repreendido pelos âncoras do jornal visto que não era permitido a apresentação de documentos, livros e etc. durante a entrevista. Contudo, mesmo com esta construção narrativa para dar autenticidade à existência do *kit gay* e agitar sua base de apoiadores, a fala de Bolsonaro não se sustenta na realidade. Bolsonaro deu a entender que o livro em questão fazia parte do projeto “Escola sem Homofobia”, porém, segundo a própria Editora Cia das Letras em nota publicada em seu perfil oficial do Facebook em 30 de agosto de 2018, “ao contrário do que afirmou erroneamente o candidato à Presidência em entrevista ao Jornal Nacional na noite de 28 de agosto, ele nunca foi comprado pelo MEC, como tampouco fez parte de nenhum suposto “kit gay” (COMPANHIA DAS LETRAS, 2018). Outro ponto levantado por Bolsonaro e que não tem respaldo na realidade dos fatos, é sobre o Seminário LGBT Infantil supostamente realizado na Câmara dos Deputados em 2010. Segundo Coletta (2018), esse evento tratava-se do Seminário Nacional LGBT, evento promovido anualmente por comissões que atuam na luta por direitos da comunidade LGBTQIA+. Ainda de acordo com a reportagem de Coletta, o deputado Jean Wyllys (PSOL) afirma que Bolsonaro estava se referindo ao evento que se sucedeu em 2012, cujo tema do seminário era "Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência" que contou com a presença de parlamentares, membros da academia que de se debruçam no estudo sobre o tema e membros da comunidade civil, não contando, em momento algum, com a participação de crianças durante os debates e discussões.

Quando passa a posicionar-se contra a “ideologia de gênero”, o ESP posiciona-se, então, favorável aos interesses neoconservadores que a partir de então tornam-se árdus defensores da aprovação de seus projetos. Como reitera Miguel (2016, p. 595-596):

Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.

Outro fato comprobatório desta afirmativa e da convergência de interesses está disposto no parágrafo único do art. 2º do PL Nº 193/2016 onde diz que

[...] o Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

No momento em que a “ideologia de gênero” sobrepõe-se ao combate da “doutrinação marxista”, o ESP conjuga uma nova preocupação e bandeira a ser defendida pelos apoiadores do movimento: a noção do império da família sobre a escola (MIGUEL, 2016, p. 601). Esta primazia vem acompanhada da noção de que cabe à família educar e a escola instruir. Por já termos realizado o debate acerca dessa distinção, esse dilema pode nos levar, conseqüentemente, a outro ponto de convergência: a noção de controle total dos pais sobre os filhos.

Penna e Salles (2017, p.15), sugerem que o ESP substancia-se com a “[...] defesa da família e de um certo arcabouço de valores, com ênfase numa orientação patriarcal e heteronormativa; imposição de uma separação entre assuntos que podem ser abordados na escola e assuntos que só devem ser tratados no espaço privado do lar”. Tal visão conservadora e tradicional de mundo é expressa para além do ESP, nas ações propositivas que visam regulamentar a Educação Domiciliar (*homeschooling*), uma educação totalmente norteadada pelos pais sem que haja qualquer intervenção do Estado (PICOLI, 2020). Para o ESP há o apoderamento por parte dos professores da autoridade moral dos pais sobre seus filhos, fato que é defendido frente à ideologia de gênero como sendo um sinônimo de ideologia “anti-família” (PENNA, 2017b, p. 45). Sendo assim, quais seriam as implicações educacionais de um ensino dirigido de acordo com a moral imposta pela família aos seus filhos? Uma educação norteadada por valores morais do seio familiar, excluindo o dissenso a este núcleo, educa crianças e adolescentes para o entendimento de que a opinião da sua família é algo universal e inquestionável (GUILHERME; PICOLI, 2018). Isto, por si só, faz cair por terra a percepção de educação que é defendida nesta pesquisa: a de que a escola precisa defender o mundo enquanto um espaço plural (ARENDDT, 2016) e precisa, ao mesmo tempo, ser um espaço onde os “recém-chegados” possam descobrir quem eles são e como é o mundo para que haja a possibilidade da chegada dos novos ao mundo como seres únicos e singulares (BIESTA, 2021).

Seguindo, outro ponto de encontro entre ESP e neoconservadorismo é o anticomunismo, sentimento e teoria conspiracionista que está no imaginário brasileiro desde o século passado, em especial nos momentos que antecederam o golpe de 1964, mas já identificável no golpe do Estado Novo. Com o fim da Guerra Fria e da Ditadura Civil-Militar, a suposta ameaça comunista que se estabelece no Brasil e na América Latina é o “bolivarianismo” e o Foro de

São Paulo, “[...] conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e esquerda, que na narrativa anticomunista assumiu a feição de uma conspiração para dominar o subcontinente” (MIGUEL, 2016, p. 593). Sobre seu surgimento, o Foro foi

[...] criado a partir de uma convocatória dos ex-presidentes Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda em julho de 1990, a reunião que deu origem ao Foro tinha naquele momento o objetivo de refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e os caminhos alternativos e autônomos pela visão da esquerda da América Latina e Caribe, para além das respostas tradicionais (FORO DE SÃO PAULO, 2021).

O Foro de São Paulo seria, para os adeptos da teoria conspiracionista, um meio de partidos “comunistas” conseguirem edificar um plano de dominação da América Latina e Caribe para unificá-los em uma só nação: a URSAL (União das Repúblicas Socialistas da América Latina). O termo URSAL viralizou nas redes sociais em 2018, após o debate dos candidatos à presidência da República na Rede Bandeirantes. Na ocasião, o candidato do Patriota, Cabo Daciolo, alegou que o candidato Ciro Gomes (PDT) seria um dos fundadores do Foro e pediu para que ele explicasse aos brasileiros o que seria o plano que chamou de “nova ordem mundial” (BAND JORNALISMO, 2018). Ciro Gomes, quando com a palavra, negou sua participação na fundação do Foro e também afirmou não saber do que se tratava a URSAL. Nas redes, não demorou para que tomássemos conhecimento da origem do termo: a sigla foi inventada pela socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa ainda em 2001 na escrita do texto “Os companheiros”<sup>14</sup> e utilizada com tom de ironia ao passo que a autora desenhava críticas ao encontro do Foro que havia acompanhado em Havana, também em 2001 (PEROTTI, 2018). Mesmo com as declarações e esclarecimentos dados por Maria Lúcia, ainda em 2006, a URSAL não era mais tratada como uma ficção fruto de seu sarcasmo. Olavo de Carvalho, por exemplo, tratava a URSAL como parte da realidade do plano conspiratório do Foro de São Paulo (CARVALHO, 2006). Esse é um claro exemplo do pensamento paranoico. Uma vez que realidade e probabilidade são deixadas de lado, qualquer possibilidade, mesmo que remota, é o suficiente para ser assumida como fato e verdade absoluta (FROMM, 1969, p. 28-29).

Ainda em 2001, Carvalho tecia críticas em seu blog tanto a Lula quanto ao Partido dos Trabalhadores. No mesmo ano, postou na íntegra o texto escrito por Maria Lúcia<sup>15</sup>. Como

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/os-companheiros-372991.html>. Acesso em: 18 set. 2021.

<sup>15</sup> Link do texto no blog oficial de Olavo de Carvalho: <https://olavodecarvalho.org/os-companheiros/>. Acesso em: 18 set. 2021.

consequência de estar envolvido na fundação do Foro, o PT está, há tempos, ligado diretamente com as teorias de conspiração comunista. Segundo Carvalho (2006),

“[...] não há um só partido filiado ao Foro que discorde dessa afirmação: realizando uma ideia original de Fidel Castro, o PT salvou da extinção o comunismo, infundindo novas forças no corpo moribundo e habilitando-o [...] a *reconquistar na América Latina o que foi perdido no Leste Europeu*”.

O PT assume, sob tal perspectiva, a materialização do comunismo no Brasil e tem em Olavo de Carvalho um de seus mais conhecidos críticos (MIGUEL, 2016, p. 594). O anticomunismo e antipetismo fundem-se em uma só pauta cuja voz e representação também podem ser vistas no ESP.

Diversos movimentos surgiram durante a crescente onda antipetista dos últimos anos, ações que envolvem tanto liberais, quanto conservadores. Dentre eles, podemos citar o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Vem Pra Rua (MVPR) e a empresa Brasil Paralelo e o Instituto Conservador Liberal (ICL), fundado por Eduardo Bolsonaro. O MBL, por exemplo, nasce como uma articulação de jovens liberais contra o governo de Dilma Rousseff e toma tamanha dimensão que consegue eleger em 2016 e 2018 três de seus principais coordenadores: Fernando Feriado, Kim Kataguiri e Arthur do Val (Mamãe Falei), todos filiados no partido Democratas. O antipetismo foi e continua sendo uma árvore frutífera. Assim como o MBL, o ESP abraça essa causa que, à vista disso, passa a fortalecer sua base de apoio não só dentro das casas legislativas, mas também no meio social.

Na aba de pesquisa de seu site, ao digitarmos “PT”, são indicados diversos artigos que têm em seu título ou escopo esta sigla<sup>16</sup>. Prova da relação entre o anticomunismo e antipetismo existente no movimento pode ser vista no texto “Cartilha petista disfarçada de livro de Sociologia”. Nagib, autor do texto, apresenta aos leitores o livro “Sociologia para jovens do Século XXI” de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa como sendo uma cartilha, um “método” petista de análise social, visto que o livro “enaltece o socialismo/comunismo, e critica ou trata pejorativamente os demais sistemas tradicionais (político, econômico, religioso, moral)” (NAGIB, 2020). Contudo, Nagib não desenvolve seu argumento e deixa, na sequência, apenas algumas imagens (fora de contexto) que sustentariam sua afirmativa. Em outra publicação, agora designada como “Programa Escola Sem Partido: por que o PT e o Sindicato dos Professores são contra”, aparece um vídeo *linkado* ao canal do

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/page/2/?s=pt>. Acesso em: 18 set. 2021

ESP no *YouTube*. No vídeo de aproximadamente dois minutos, é apresentado ao espectador o cartaz a ser afixado em todas as salas de aula como uma das obrigatoriedades determinadas através dos PLs do ESP, que enumera seis deveres do professor:

- 1) O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2) O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas
- 3) O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas
- 4) Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
- 5) O professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6) O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021b).

Ao final deste vídeo, declara-se que o PT e o Sindicato dos Professores são contra os PLs do ESP, afinal de contas, como indaga o narrador, “quem poderia ser contra a afixação de um cartaz como esse nas salas de aula [se não] obviamente, aqueles que praticam essas condutas e aqueles que lucram politicamente com a sua prática” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2015).

Como último exemplo do antipetismo e anticomunismo expresso no ESP, selecionamos uma das imagens analisadas por Penna (2015), encontradas nas redes sociais do ESP, em especial no Facebook. Sobre a imagem em questão, Penna descreve:

Uma mulher, com seus cabelos presos, usa os seguintes adereços: pulseiras, um pentagrama tatuado no braço (referência comum ao satanismo), uma estrela vermelha na camisa (a única coisa colorida e uma referência, de novo, ao PT) e um símbolo que parece o do anarquismo [...] Na camisa desta mulher está escrito “escola pública”, ou seja, ela representa a professora da escola pública. Essa professora segura uma criança mais baixa do que ela, que presumivelmente é um dos seus alunos. Na camisa da criança está escrito “jovem inocente” e ela tem seus olhos arregalados e corpo relaxado, como se estivesse hipnotizado ou paralisado, e sua cabeça está aberta, sem o seu topo. A professora então vomita dentro da cabeça da criança uma substância, sobre a qual está escrito “lixo”. Ao lado do desenho, uma fala que parece ser da professora: “Religião é para pessoas estúpidas... tudo o que você precisa é de sexo, sexo, sexo...” (PENNA, 2015)

A crítica à contaminação e doutrinação petista/comunista mistura-se com o fundamento da ideologia de gênero. A partir dessa imagem, é possível constatar como a discussão de gênero é rebaixada pelo conservadorismo espelhado no ESP apenas ao sexo. Nessa perspectiva,

“[...] comunismo e gênero funcionaram e funcionam como disparadores de pânico morais e políticos na população” (FURLAN; CARVALHO, 2020, p. 169), pânico mais que justificável, visto a irresponsabilidade moral e ética de professores diante deste ato caso viessem tratar tais questões de maneira errada. Entretanto, o conceito de gênero e educação sexual, neste caso, é levado ao nível máximo de distorção, pois desconsidera-se que ambos os temas não têm como objetivo a educação para o ato sexual como se fosse um manual de instruções. O objetivo, tanto da discussão sobre gênero, quanto sobre educação sexual, é levar para a sala de aula questões como, por exemplo, as diferentes formas de organização familiar, diferentes modos de lidar com os sentimentos individuais e com as mudanças que ocorrem com o corpo humano durante a vida, noções de consentimento e contracepção, o entendimento de que homens e mulheres têm (ou deveriam ter) direitos iguais e etc., tudo isso, é claro, sendo trabalhado com crianças e adolescentes de acordo com a sua faixa etária. Partindo da deturpação desses conceitos, professores e professoras passam a ser vistos como figuras cujo objetivo profissional é doutrinar o corpo estudantil em todos os níveis de ensino, do infantil ao superior. A preocupação com o fantasma do comunismo doutrinário nos leva, prontamente, à outra convergência: a perseguição, desumanização e descaracterização do professor como educador conforme estrutura-se o ataque sistemático à pedagogia crítica.

Podemos identificar desde o golpe de 1964 a impulsão de ataques à liberdade de ensinar dos professores na medida em que o medo da suposta contaminação comunista nas universidades e no ensino básico cresceu nesse período. Acreditava-se na intenção de partidários comunistas em se infiltrar em faculdades que exerciam um importante papel de influência na intelectualidade do país “para disseminar junto às/aos alunas (os) toda espécie de informação tóxica e subversiva, entre eles o amor livre, a atração sexual desenfreada, a perseguição ao pudor feminino e a adoção do pensamento crítico” (FURLAN; DE CARVALHO, 2020, p. 169). Mais do que a abertura para a visão produtivista de educação, a tendência privatista e a departamentalização universitária (SAVIANI, 2008), a ditadura nos deixa como legado a desconstrução da autoridade da figura do professor e a persistente ideia de doutrinação partindo da premissa do marxismo cultural.

A preocupação com a hipotética doutrinação ideológica que instrumentaliza a educação para fins políticos está no cerne da fundação do ESP. Segundo o movimento, é uma situação em que “a imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b). Sob esse prisma, o professor doutrina ou, então, é omissos frente à doutrinação. Sendo assim, todo o sistema de educação no

Brasil estaria “contaminado”. Neste instante, a pergunta que devemos fazer para esclarecer os fatos é: o que é, para o ESP, doutrinação política, ideológica e partidária? Como o ESP define o que é, ou não, doutrinação?

Mesmo sendo, a priori, a motivação para sua fundação e existência, o ESP não dispõe de nenhuma explicação, no site ou nos PLs, acerca do que é doutrinação. Sequer elucida a forma como seria estabelecida a distinção entre doutrinação e o conteúdo nos moldes desejáveis caso o projeto fosse aprovado, fato que já caracteriza um dos traços de sua inconstitucionalidade (PENNA, 2016, p. 16). Sem essas diretrizes, “como seria possível identificar e separar práticas de doutrinação daquilo que seja, talvez, apenas ensino e que é interpretado como doutrinação?” (HASHIGUTI; LEMES; ÂNGELO, 2020, p. 13). Porventura, o que pode-se constatar a partir disso é o leque de possibilidades do que pais e alunos podem considerar como doutrinação. Sem especificações, tudo e qualquer coisa que não for do agrado da comunidade escolar e acadêmica pode virar alvo de contestação. Nagib, quando questionado sobre como funcionaria esta rede de vigilância da conduta de professores, alega que

[...] os alunos poderão fiscalizar a conduta de seus professores. Mas, em primeiro lugar, o próprio professor será o fiscal de suas ações [...] Serão obrigados a adotar uma atitude mais prudente em sala de aula. Eles pensarão: ‘Se eu sei que os meus atos podem ser mal interpretados, então vou agir de uma maneira mais prudente (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016, grifos nossos).

A premissa deste raciocínio estabelece, primeiramente, a autocensura do professor e, após, abre espaço para que se crie dentro das salas de aula um clima de denunciismo, atmosfera alimentada incansavelmente pelo ESP mediante as denúncias auferidas de pais e alunos através de suas redes sociais e espaço exclusivo no site. Além de ter a ferramenta de denúncia no próprio site, alguns PLs como o 867/2015 e 246/2019 propõem a criação de um mecanismo de acolhimento dessas acusações cujo anonimato estaria assegurado ao denunciante. O discurso que busca a criminalização docente é cercado pelo entendimento dos alunos como mera audiência cativa em sala de aula. Este fato está presente em diversos momentos da construção narrativa e histórica do Escola Sem Partido, bem como nos PLs apresentados, e é abordada por Hashiguti, Lemes e Ângelo (2020, p. 119) quando realizam uma análise discursiva no site do programa e conseguem a partir disso perceber como professores, alunos, conteúdos didáticos e o sistema escolar como um todo “[...] são objetificados a partir de um ideal de língua como instrumento de comunicação e de sala de aula como ambiente de sujeito-suposto-saber controlado e consciente”.

O objetivo de Hashiguti, Lemes e Ângelo (2020) é compreender através da construção discursiva presente no site, os conceitos de linguagem e sujeito e as noções de conteúdo escolar e ideologias explícitas ou implícitas defendidas pelo movimento. Constatou-se que a objetificação do discurso empreendido pelo ESP, em especial a relação entre professores e alunos, acaba “[...] criando representações imaginárias, regiões de sentido cristalizadas que são tomadas como verdade” (HASHIGUTI; LEMES; ÂNGELO, 2020, p. 123). Os alunos (audiência cativa) são obrigados por força de lei a permanecer em sala de aula e, por consequência, precisam estar atentos ao que o professor visto que depois serão cobrados através de atividades avaliativas os conteúdos tratados, logo, por serem uma audiência cativa, o professor torna-se a autoridade máxima dentro das quatro paredes da sala de aula (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b; THE NOITE, 2016). Neste caso, a representação imaginária que se cria é a do professor como o único que age, fala e se expressa em sala de aula. Ao contrário, o aluno incorpora a passividade, assumindo o papel de quem não age, não fala e não tem a oportunidade de se expressar. A relação que se estabelece entre essas duas partes é de hierarquia e submissão, em que os estudantes são vistos como sujeitos não pensantes e acríticos.

A perseguição e criminalização docente intensifica-se ao mesmo tempo que ocorre a descaracterização do professor como educador. Nagib diz que o ESP não cria nada de novo, apenas explicita limites que já existem (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016). Se os PLs não apresentassem nenhuma novidade, quais seriam, portanto, as implicações dessa nova lei visto que todos eles começam seu texto pautando os princípios que regem a educação brasileira? Em diversas oportunidades Penna destaca que esses princípios já existem e podem ser vistos no texto da Constituição Federal (PENNA, 2016; 2017; 2018a; DEBATE, 2016). Assim como acontece com a conveniente utilização da Convenção Americana de Direitos Humanos, o ESP joga para debaixo do tapete o que não lhe serve da Constituição, o que não corrobora com seus ideários. Enquanto o inciso II do artigo 206 da Constituição reza sobre o princípio da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988), o inciso III do artigo 2º do PL 867/2015 assegura a “liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da Educação, da liberdade de consciência” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). A medida que o inciso III do artigo 206 da Constituição Federal exprime o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, o inciso II do PL 867/2015 manifesta seu princípio de “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Nessa análise, Penna (2018a, p. 49-50) identifica a intencionalidade do ESP em excluir convenientemente a liberdade de ensinar e o pluralismo de concepções pedagógicas de seu texto, noções intrínsecas à prática docente.

O artigo 205 da Constituição Federal (1998) reitera que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sob esse prisma temos, de um lado, os pais, que

[...] não apenas trouxeram seus filhos à vida mediante a concepção e o nascimento, mas simultaneamente os introduziram em um mundo. Eles assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo” (ARENDDT, 2016, p. 235).

E, de outro, temos a escola e conseqüentemente o professor como representante do mundo e como um profissional com uma função pública cuja qualificação “[...] consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo” (ARENDDT, 2016, p. 239).

A restrição da liberdade de ensinar e da possibilidade de se ter na educação um pluralismo de concepções pedagógicas despreza a capacidade profissional do professor transformando-o não em um educador cuja responsabilidade é apresentar o mundo às novas gerações, oferecendo a elas um espaço seguro de transição do mundo privado para o mundo público/político (ARENDDT, 2016), mas sim em um prestador de serviços que está à mercê das demandas da família e do mercado (dimensão conservadora e liberal, respectivamente). Em 2016 durante uma Audiência Pública no Senado Federal, Miguel Nagib alega, como confere a transcrição feita por Penna (2017b, p. 39), que o ESP foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor, visto que esse “[...] intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores”. Para os conservadores isso interessa porque os professores não podem questionar os valores da família e para os neoliberais interessa porque a educação opera na chave de leitura do mundo em que tudo é mercadoria. Sendo a escola uma mercadoria regida pelo código, a função dela é atingir os objetivos e métricas. Muito além de desqualificar a profissão docente, o que o ESP faz é demonizar os professores, comparando-os com vampiros (PENNA, 2015), chegando ao ápice de compará-los a abusadores de sua “audiência cativa” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Em um cenário como esse, projeta-se ao professor, diante da perspectiva de Fromm (1969, p. 30), todo mal existente na educação. É dele toda a culpa pelos maus índices e, é claro, pela possibilidade (inexistente) da doutrinação marxista e de gênero culminar em uma ditadura gay-comunista (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020).

Todos os aspectos debatidos até o momento nos deixam à face da naturalização do capitalismo que é, para os conservadores, ao mesmo tempo, uma naturalização da tradição. As consequências deixadas por uma proposta que obteve um apoio de dimensões como ESP na educação brasileira são incontáveis e, por mais que as proposições nas casas legislativas não tenham sido aprovadas, o nicho político de neoliberais e neoconservadores obtiveram sucesso no avanço de suas pautas partindo de outras políticas públicas como bem mencionamos a pouco. A presença dentro da BNCC de conceitos como "competências" e "habilidades", e inexistência da discussão "gênero" são exemplos concisos da submissão de todo o sistema educacional à lógica imposta por esses movimentos. Reduzir o papel da escola e do professor na construção de um mundo plural e democráticos, colocando-os em uma dimensão de qualificação para o mercado de trabalho, é retirar dos alunos a possibilidade de encontro com realidades que não lhes pertencem e para as quais a escola é o único tempo-lugar para acessar (no sentido de "encontrar"), fazendo com que cresçam e partam para o mundo acreditando que a existência do outro é comparável a sua própria ou, que a existência do outro é passível de ser ignorada e rejeitada. Isto é, de acordo com Penna (2016, p. 48), "[...] reforçar representações únicas, necessariamente excludentes que reforçam desigualdades existentes na sociedade".

Encaminhando-nos para o momento final, dentre tantos fatores, não podemos negar, ou deixar de dar a devida atenção, às ferramentas que impulsionaram e fizeram com que projetos como o ESP ganhassem espaço no cenário nacional: as redes sociais. O advento e expansão das redes sociais chegaram para mudar nossas vidas, a forma de nos relacionar com os outros e a forma como nos informamos sobre os acontecimentos de escala local e mundial. Temos à disposição incontáveis sites e perfis em redes sociais que nos bombardeiam com opiniões e informações a todo instante. Podemos, inclusive, selecionar quem ou o que desejamos ver, fato que leva os usuários a viver, sem mesmo perceber, em bolhas em que, por conta do sistema de algoritmos, é mostrado apenas o que nos interessa, o que não confronta nossa visão de mundo já estabelecida (GUR-ZE'EV, 2002). O movimento e o projeto em si tiveram uma grande dissipação no senso comum da população por não se apropriar necessariamente do debate científico, mas por se apropriar de novas formas de comunicação através das redes sociais, como é o caso dos memes. Torres (2016, p. 60) conceitua: "[...] no contexto da internet, meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico que pode, ou não, ser acompanhada por uma imagem ou vídeo e que é intensamente compartilhada por usuários nas mídias sociais".

Atualmente (outubro de 2021), o perfil do Escola Sem Partido no *Twitter* tem aproximadamente 110 mil seguidores<sup>17</sup>. Já na plataforma *YouTube*<sup>18</sup>, o ESP conta com cerca de 4 mil inscritos e mais de 200 mil visualizações nos vídeos já postados, ambas redes cujo link direto está disponível no final de todas as páginas do site oficial do movimento. Quanto à página oficial do ESP no Facebook, sua maior e mais ativa rede social, foi excluída da plataforma em 2020, no mesmo período em que foi votada no STF a ADI que alegou a inconstitucionalidade de Lei Ordinária 7800/2016 do Estado de Alagoas que implementou o Programa Escola Livre, como já mencionamos em outro momento.

Severo, Gonçalves e Estrada (2019) constatam em novembro de 2017 que a página “Escola Sem Partido” no Facebook contava com aproximadamente 160 mil curtidas e as publicações da página tratavam, principalmente

[...] divulgação de falas de Miguel Nagib em defesa do ESP e de denúncias contra a doutrinação nas escolas, e, em especial, contra as universidades públicas. É comum que exponham professores(as) e grupos de pesquisa que tratam de temas como gênero (o qual rotulam por ideologia de gênero) e marxismo, promovendo a perseguição a estas pessoas (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 14).

Mesmo que o foco não seja a questão das redes sociais em uma abordagem mais profunda, é de suma importância destacar a análise feita por Severo, Gonçalves e Estrada (2019) e por Penna (2017b) acerca da proximidade das estratégias discursivas do ESP com as estratégias fascistas. Ao passo de iniciar tal discussão, Penna cita o trecho de um texto publicado pelo historiador português Manuel Loff escrito após sua visita ao Brasil para participar de um debate sobre o ESP: “[...] ao acusar o PT de ter ‘infiltrado’ a escola para nela fazer “doutrinação ideológica marxista”, a direita brasileira procede a uma pobre reprodução do que os antissemitas alemães acusavam os judeus em 1930” (LOFF, 2016 apud PENNA, 2017a, p. 42). Conforme Stanley (2020, p. 37) afirma,

[...] o papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos mascarando-os com ideias amplamente aceitos [...] e usa a linguagem dos ideais virtuosos para unir pessoas por trás de objetivos que, de outra forma, seriam questionáveis.

É, portanto, uma característica da narrativa fascista, que nesse caso se assemelha com o ESP, a inversão de perspectivas diante do que Fromm (1969, p. 30), reflete acerca da projeção no pensamento patológico, visto que se acusa o inimigo do mal que existe em si próprio.

<sup>17</sup> Link: <https://twitter.com/escolasempartid>. Acesso em 01 out. 2021.

<sup>18</sup> Link: <https://www.youtube.com/channel/UCTLIXRJAYAtf44baTh0MN6A>. Acesso em 01 out. 2021.

Diante do exposto, um dos atributos fascistas na narrativa do ESP são os memes que desumanizam a figura do professor. Como bem afirma Penna (2018a, p. 109), mesmo sendo frágil em sua argumentação quando diante de um debate, por exemplo, o “seu caráter fragmentado, fortemente calcado no ódio aos professores e abusando da manipulação política do pânico moral é uma receita de sucesso nas redes sociais”. Sobre isso, é possível encontrar nas redes sociais do movimento

imagens com vampiros morrendo com estacas no coração são acompanhadas dos seguintes dizeres: “a afixação deste cartaz nas salas de aula - como prevê o PL do Escola sem Partido - terá o efeito de uma estaca de madeira cravada no coração da estratégia gramsciana que vampiriza os brasileiros há mais de 30 anos” [...] Em outra imagem, em que eles adaptam e colam o rosto de Gramsci na estaca, está escrito Escola sem Partido: “Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados” (PENNA, 2017a, p. 43).

Como se pode perceber, o tom conspiracionista está sempre presente. O ESP usa as redes a seu favor, estratégia cujo sucesso é expresso na realidade com o aumento gradual de apoiadores na última década. O grande apoio da massa populacional ocorre diante da minimização de complexos assuntos por parte do movimento. Extensas discussões científicas são traduzidas para o senso comum, sendo equiparadas a meras opiniões. É claro que as produções científicas precisam sair do território acadêmico, atingindo a população que está fora do espaço universitário. Entretanto, esse é um processo que precisa ser realizado com o mesmo comprometimento e rigor científico que foi produzido, não podendo - ou pelo menos não devendo - ser circunscrito à ideários que servem ao anti-intelectualismo, ao reacionarismo e, por consequência, a barbárie que existe e se fortalece em meio a democracia brasileira.

Um fato que não pode passar despercebido nesse processo, é o acerto do nome escolhido para o movimento, afinal, quem seria contra uma “escola sem partido” senão doutrinadores ou, nas palavras de Olavo de Carvalho e Miguel Nagib, os que estupram a intelectualidade dos alunos e alunas? Quem posiciona-se contrário ao ESP, é automaticamente visto como um defensor de uma “escola com partido”.

Frente aos estudos empreendidos sobre o ESP e aqui apresentados, conseguimos identificar o papel de diferentes agentes na consolidação discursiva do ESP, concluindo que tal discurso não nasce com o movimento, ao contrário, já vinha consolidando-se a longo prazo através de intelectuais e instituições conservadoras e liberais. Sendo assim, o ESP construiu ao longo do tempo seu discurso ao passo que adaptou-se, também, aos discursos e influências de seus apoiadores. Exemplo disso é a luta contra a doutrinação ideológica, teoria que se fazia

presente nos escritos de Nelson Lehmann anos antes da fundação do movimento (PENNA; SALLES, 2017).

Findando as argumentações em defesa da tese em que o ESP é um mecanismo que manifesta interesses neoliberais e neoconservadores, conclui-se que este é mais um dos movimentos que tenta obter a hegemonia no campo educacional e, não fosse a organização de uma frente de debate e resistência sobre suas implicações políticas, sociais e educacionais caso aprovado, ele já estaria regendo nossa educação. No decorrer da construção da presente pesquisa, fica nítida a possibilidade de desconstrução de um dos argumentos égide do ESP: sua suposta neutralidade político-ideológica. Em outras palavras, a crítica não é ser um movimento político e ideológico. O problema é vender-se como neutro, como “a Verdade” e, sobretudo na era digital, há o favorecimento para o rápido crescimento de movimentos deste tipo através do ódio ao outro, ao que é diferente. Olavo de Carvalho, Brasil Paralelo, ESP e MBL são exemplos disso. Conclui-se, então, que a luta contra os ideários de uma Escola Sem Partido é a luta por uma educação democrática que oferece ao aluno um espaço que possibilite a sua emancipação e autonomia como sujeito único e responsável pela vinda do novo e da garantia de um futuro humanitário e plural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Você pode até dizer que eu tô por fora ou então que eu tô inventando  
mas é você que ama o passado e que não vê, é você que ama o passado  
que não vê que o novo sempre vem.  
(Belchior)*

Em tempos de governos negacionistas e antidemocráticos, como é o caso brasileiro, não faltam objetos de estudos para análise e compreensão das diversas expressões reacionárias que se arquitetam em meio à sociedade. No caso da presente pesquisa, o Escola Sem Partido foi a expressão reacionária escolhida para nortear nossa análise acerca da estratégia de união neoliberal e neoconservadora na sociedade brasileira, uma união que não é novidade, mas que através de novos mecanismos e novas ferramentas de difusão de informações, como é o caso das redes sociais, ocasionam seu fortalecimento mútuo. Dentro do ESP, não é por acaso que o mesmo discurso que defende a família tradicional através da pauta moral, religiosa e anticientífica, é o mesmo discurso de movimentos que partem em salvaguarda do Estado mínimo, de políticas de privatização em todos os níveis da sociedade, da proteção de bens privados e da meritocracia (SANTOS; SANTOS, 2020).

Ao analisar os resultados obtidos ao longo da construção do presente texto, destaca-se alguns fatores. O primeiro é a forma como o ESP impõe-se de forma autoritária ao esconder-se atrás de sua “neutralidade”. Sobre isso, o que se pode afirmar é que todo discurso empreendido, seja individualmente ou em coletivos como o ESP, constituem-se como materialidade da noção de mundo pré-estabelecida por esses sujeitos e, consciente ou inconscientemente, é a manifestação de ideologias que atribuem sentido a sua existência (PÊCHEUX, 1997 *apud* HASHIGUTI; LEMES; ÂNGELO, 2020, p. 122). Logo, assume-se a impossibilidade de neutralidade frente ao que somos, pensamos e defendemos.

Segundamente, é necessário enfatizar a dimensão antidemocrática no ESP. Para Biesta, a “[...] democracia, na sua fórmula mais curta, é sobre aprender com a diferença e aprender a viver com outros que não são como nós” (BIESTA, 2011, p. 70 *apud* PENNA, 2016, p.254) O ESP selecionada o que lhe representa (orientação heteronormativa, religiosidade cristã, meritocracia e a ideologia direitista, a exemplo) e demoniza tudo que não se encaixa nessa forma restrita de ser e estar no mundo. Sob essa perspectiva, muito mais que uma educação democrática, é preciso que a sociedade como um todo opte pela democracia, visto que não é só na escola que o aluno aprende ou se revela quem é no mundo. Toda a construção do sujeito se dá através da educação formal, informal e não-formal, como é o caso das redes sociais. Tudo

isso influencia a formação e emancipação dos sujeitos. Se a lógica que organiza e orienta a sociedade não for a lógica plural e democrática, que considera o Outro como um ser digno de ter a sua existência respeitada, mesmo que essa não esteja de acordo o que consideramos “correto” ou legítimo, estamos abertos à eterna reincidência da barbárie.

O terceiro e último aspecto diz respeito à anti-intelectualidade existente no ESP. Sobre isso, sobressai-se uma fala de Miguel Nagib:

Ao tratar de uma questão controvertida, é necessário que o professor apresente um conjunto expressivo de informações aos alunos. Ou seja, as diversas correntes, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito daquela matéria. Sem querer induzir os alunos a aderir à corrente x ou y. Ele deve apresentar fatos históricos e consistentes, baseado em boa bibliografia e da maneira mais honesta e objetiva possível (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016).

Ao partir em suposta defesa da pluralidade de ideias dentro de sala de aula, o ESP, através de seu fundador, esquece de dizer que não é qualquer perspectiva que pode, ou deve adentrar nos espaços educacionais, mas sim as perspectivas ancoradas na ciência. Como já dito em outro momento, a ciência histórica tem regras e métodos. Ela admite o dissenso, contudo, não admite a manipulação. Em uma sociedade que preza pela qualidade de sua educação, jamais deveria equiparar-se a produção científica séria à produção fruto de qualquer negacionismo e revisionismo ideológico que parte não de evidências reais e de fontes confiáveis, mas de sua própria visão de mundo.

Perante o exposto até aqui, pode-se constatar que a partir do conceito de “liberal na economia, conservador nos costumes” origina-se o “[...] espírito daqueles que, imbuídos de personalidade mistificadora, declararam-se capazes de resolver de forma rápida os problemas da sociedade, especialmente a corrupção e a ameaça comunista” (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020, p. 55). A ideia da “perda do mundo” para o inimigo motiva quem parte em defesa da “Verdade sufocada” da nossa história, visto que é, muitas vezes, a sua única chance como sujeito de fazer parte da História e, por consequência, se tornar historicamente importante (GUILHERME; PICOLI, 2018; PICOLI, 2017).

Ao contrário do que dizia Löwy (2015), o fascismo no Brasil não é representado por grupos marginais, e hoje temos a certeza disso. Penna (2017, p. 35) faz uma afirmativa ímpar ao dizer que “[...] o discurso do Escola Sem Partido não foi devidamente enfrentado [...] desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais”. É justamente o absurdo de

ideias como ESP que a transforma na barbárie que ameaça a nossa democracia. Ao passo de concluir o presente texto, cabe uma citação do Patrono da Educação Brasileira:

Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser (FREIRE, 2016, p. 65).

Como cantariam Caetano e Gilberto Gil, “é preciso estar atento e forte”. É preciso tomar as rédeas do nosso futuro, não só garantindo que ele de fato exista, mas exista de uma forma que abranja a multiplicidade e complexidades das formas de ser e estar no mundo. Nascemos humanos, mas é preciso, ao longo da vida e através da educação, aprender a sê-lo, aprender a respeitar a existência e o Ser do outro. É preciso tomar ciência da importância do enfrentamento ético e político (não proselitista) de movimentos como esse, pensando sempre na defesa da democracia e no lugar de emancipação humana que é a escola e todo o sistema de educação. Além de concluir a presente pesquisa com novos problemas e possibilidade de investigação, finda-se este texto com a defesa de uma educação democrática e de uma escola que possibilite a renovação do mundo através das novas gerações.

## 6 REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

APPLE, M. W. **Política cultural e educação**. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2001.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. **Projeto de Lei n. 69/2015**. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/materia/64>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BERARDI, F. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BIESTA, G. Boa educação na era da mensuração. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, p. 808-825, 2012.

BIESTA, G. O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 21-29, 2018. Disponível em: <https://mural.maynoothuniversity.ie/13164/>.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Autêntica Editora, 2021.

BOLSONARO, E. **Twitter**, 2021. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1439710120284459018>. Acesso em 19 set. 2021.

BUDNIK, Jenny Assaél et al. La empresa educativa chilena. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 305-322, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QjMfHVvp5gY9TKgtKXTsVM/?format=pdf&lang=es>.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL PARALELO. **1964: o Brasil entre armas e livros**. YouTube, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&ab\\_channel=BrasilParalelo](https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&ab_channel=BrasilParalelo). Acesso em: 14 set. 2021.

BAND JORNALISMO. **Cabo Daciolo questiona Ciro Gomes sobre Foro de São Paulo e URSAL**. YouTube, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7ANqSdWvTlo&ab\\_channel=BandJornalismo](https://www.youtube.com/watch?v=7ANqSdWvTlo&ab_channel=BandJornalismo). Acesso

em: 18 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO - Reunião Deliberativa - 14/02/2017 - 15:50. 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=KzIcAg2x6PQ&ab\\_channel=C%C3%A2maradosDeputados](https://www.youtube.com/watch?v=KzIcAg2x6PQ&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados)>. Acesso em: 1 out. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 7180/2014**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 867/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>.

CARVALHO, O. **Do marxismo cultural** – SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2002. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>>. Acesso em: 1 set. 2021.

CARVALHO, O. **Marxismo, Direito e Sociedade** – Parte II – SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2003. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/marxismo-direito-e-sociedade-parte-ii/>>. Acesso em: 3 set. 2021.

CARVALHO, O. **O estupro intelectual da infância**. 2003. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>. Acesso em 28 mar. 2021.

CARVALHO, O. **Os inventores do mundo futuro** – SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. Olavodecarvalho.org. 2006. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/os-inventores-do-mundo-futuro/>>. Acesso em: 18 Sep. 2021.

COLETTA, R. D. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no “Jornal Nacional”. **El País**, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207\\_054097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html). Acesso em: 28 mar. 2021.

COMPANHIA DAS LETRAS. **Comunicado oficial sobre “Aparelho sexual e Cia”**. Facebook, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/companhiadasletras/posts/10155720195841408>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DEBATE. **Escola Sem Partido - Sala de Debate - Canal Futura**. YouTube, 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&t=455s&ab\\_channel=Debate](https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&t=455s&ab_channel=Debate). Acesso em 12 fev. 2019.

EL PAÍS. **Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação?**. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689\\_188552.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html)>. Acesso em: 13 Sep. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Anteprojetos**. 2021a. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em 28 mar. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Entrevista do coordenador do ESP à revista Época (02.08.2016)**. Escola Sem Partido. 2016. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/entrevista-do-coordenador-do-esp-a-revista-epoca-02-08-2016/>>. Acesso em: 20 Sep. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido**. 2020c. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 16 jun. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido: por que o PT e o Sindicato dos Professores são contra**. 2015. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/programa-escola-sem-partido-por-que-o-pt-e-o-sindicato-dos-professores-sao-contr/>>. Acesso em: 18 set. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. 2020b. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em 15 mar. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Síndrome de Estocolmo**. 2020a. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/category/sindrome-de-estocolmo>. Acesso em 16 jun. 2020.

ESTADÃO. **Cinemark diz que exibição de filme pró-ditadura militar foi um erro** - Cultura - Estadão. 2019. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,cinemark-diz-que-exibicao-de-filme-pro-ditadura-militar-foi-um-erro,70002776944>>. Acesso em: 11 Sep. 2021.

FORO DE SÃO PAULO. **Breve histórico**. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acesso em 18 set. 2021.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 199-220.

FURLAN, C. C.; CARVALHO, F. A. DE. Comunismo e gênero no escola sem partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. **Revista da FAEBA** - Educação e Contemporaneidade, v. 29, n. 58, p. 168-186, 4 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIEDMAN, M. **Entrevista - Sobre liberdade e mercados livres**. Commanding Heights, 2000. Disponível em: [https://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitext/int\\_miltonfriedman.html#10](https://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitext/int_miltonfriedman.html#10) Acesso em: 26 jun. 2021.

FROMM, E. A sobrevivência da humanidade: a crise do mundo moderno analisada por uma das inteligências mais agudas do nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

G1. **7 de Setembro tem protestos a favor e contra o governo Bolsonaro.** 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/7-de-setembro-tem-protestos-a-favor-e-contra-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2021.

G1. **Desemprego sobe para 14,7% no 1o trimestre e atinge recorde de 14,8 milhões de brasileiros.** G1, 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/desemprego-atinge-147percent-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2021.

GAZETA DO POVO. **Educação: Escola Sem Partido critica falta de apoio de Bolsonaro e suspende defesa da causa.** 2019. <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escola-sem-partido-critica-falta-de-apoio-de-bolsonaro-e-suspende-defesa-da-causa/> Acesso em: 20 set. 2021.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido: elementos totalitários em uma democracia moderna - uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação.** v. 23, n. 42, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230042>.

GUR-ZE'EV, I. É possível uma educação crítica no ciberespaço? *Comunicações*, v. 9, n. 1, 72- 98, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.15600/2238-121x/comunicacoes.v9n1p72-98>

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Editora Vozes Limitada, 2017.

HASHIGUTI, S. T.; LEMES, F.; ÂNGELO, R. C. A sala de aula sobre a vontade da neutralidade de sentidos. **Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n.58, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v29.n58>. Acesso em 05 jul. 2020.

HESSEL, R. **Apesar do crescimento do PIB, dados mostram que Brasil nunca foi tão desigual.** 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4929384-apesar-do-crescimento-do-pib-dados-mostram-que-brasil-nunca-foi-tao-desigual.html> Acesso em: 2 set. 2021.

HINKELAMMERT, F. **As armas ideológicas da morte.** São Paulo: Paulinas, 1983.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, E; RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING - IBC. **O que é coaching?** 2021. Disponível em: [https://coachingfederation.org/app/uploads/2020/09/FINAL\\_ICF\\_GCS2020\\_ExecutiveSummary.pdf](https://coachingfederation.org/app/uploads/2020/09/FINAL_ICF_GCS2020_ExecutiveSummary.pdf) Acesso em: 21 ago. 2021.

INTERNATIONAL COACHING FEDERATION – ICF. **2020 global coaching study: executive summary.** 2020. Disponível em: [https://coachingfederation.org/app/uploads/2020/09/FINAL\\_ICF\\_GCS2020\\_ExecutiveSummary.pdf](https://coachingfederation.org/app/uploads/2020/09/FINAL_ICF_GCS2020_ExecutiveSummary.pdf). Acesso em 30 jul. 2021.

JORNAL NACIONAL. **Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional**. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

JOVEM PAN. **Brasil Paralelo (1964: O Brasil entre armas e livros) - Pânico - 01/04/19**. YouTube, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=PNyPESo6HvI&t=1113s&ab\\_channel=P%C3%A2nicoJovemPan](https://www.youtube.com/watch?v=PNyPESo6HvI&t=1113s&ab_channel=P%C3%A2nicoJovemPan). Acesso em: 12 mai. 2021.

JORNAL DA CIDADE ONLINE. **Plantações de maconha e laboratório de metanfetamina nas universidades federais**. YouTube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Ah95ofO149g&ab\\_channel=JornaldaCidadeOnline](https://www.youtube.com/watch?v=Ah95ofO149g&ab_channel=JornaldaCidadeOnline). Acesso em: 13 set. 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LILA, M. **A mente naufragada**: sobre o espírito reacionário. Rio de Janeiro: Editora Record. LDTA, 2018.

LIMA, I. G.; HYPOLITO, Á. M. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. Vol. 15 (2020), p. 51-64, 2020.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Avaliações de aprendizagem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem#:~:text=Sistema%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,Nacional%20do%20Rendimento%20Escolar%20%E2%80%93%20Anresc.&text=Por%20seu%20car%C3%A1ter%20universal%2C%20recebe,Prova%20Brasil%20em%20suas%20divulga%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 03 jul. 2021.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOREIRA, M. Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar sua crise. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-0035/111>

MOURA, F. P. de; SILVA, R. da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordada, 2020. Disponível em: <https://professorescontraoescolasepartido.files.wordpress.com/2021/01/relatoccc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordacca7a.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

NAGIB, M. **Cartilha petista disfarçada de livro de Sociologia**. Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/cartilha-petista-disfarçada-de-livro-de-sociologia/>>. Acesso em: 18 set. 2021.

NAGIB, M. **Caso Sigma**. Escola Sem Partido, 2011. Disponível em <https://escolasempartido.org/blog/caso-sigma/>. Acesso 30 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Costa Rica, 1969. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm).

O GLOBO. **A comunidade judaica do Rio quer retratação de coaching de Maceió**. 2018. <https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/comunidade-judaica-do-rio-quer-retratacao-de-coaching-de-maceio.html>. Acesso em 05 ago. 2021

PENNA, F. A. “Escola Sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, A. R. A.; TOLEDO, M. R. A. (Orgs.). **Golpes na História e na Escola: Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez Editora: ANPUH SP, 2017a.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017b.

PENNA, F. A. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 109-113, 2018a.

PENNA, F. A. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, 17 dez. 2018b.

PENNA, F. A. **O ódio aos professores. Movimento Liberdade para Educar**. 2015. Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PENNA, F. A. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 43-58, 2016.

PENNA, F. A.; FERREIRA, R. A. O trabalho intelectual do professor de história e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente à base nacional comum curricular e ao escola sem partido. In: **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, p. 109-127, 2018.

PENNA, F. A; SALLES, D. C. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, p. 11-35, 2017.

PEROTTI, D. Crítica do PT, socióloga diz que inventou Ursal em 2001 como ironia. **Folha**

de S.Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2021.

PICOLI, B. A. Base Nacional Comum Curricular e o canto da sereia da educação normalizante: a articulação neoliberal-neoconservadora e o dever ético-estético da resistência. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1–23, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/15036>>. Acesso em: 27 set. 2021.

PICOLI, B. A. Movimento Escola Sem Partido e a Doutrina do Amigo-Inimigo - reflexões a partir do enfrentamento entre Schmitt e Arendt. **Conversatio**, v. 2, p. 218-228, 2017.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/330397091\\_Movimento\\_Escola\\_Sem\\_Partido\\_e\\_a\\_Doutrina\\_do\\_Amigo-Inimigo\\_-\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_do\\_enfrentamento\\_entre\\_Schmitt\\_e\\_Arendt](https://www.researchgate.net/publication/330397091_Movimento_Escola_Sem_Partido_e_a_Doutrina_do_Amigo-Inimigo_-_reflexoes_a_partir_do_enfrentamento_entre_Schmitt_e_Arendt). Acesso em: 30 abr. 2021.

PICOLI, B. A. Totalitarismo na escola: uma análise dos projetos de lei do movimento Escola Sem Partido. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História—contra os preconceitos: história e democracia**. ANPUH, 2017. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953102\\_7c971bfc69816da7587386f647aae0b5.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953102_7c971bfc69816da7587386f647aae0b5.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

PICOLI, B. A.; GUILHERME, A. A. La concepción neoliberal de la educación y sus impactos en el Sur Global: una nueva forma de imperialismo. **Foro de Educación**, v. 19, n. 1, p. 199-222, 2021. Disponível em:

<https://www.forodeeducacion.com/ojs/index.php/fde/article/view/761>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PICOLI, B. A.; RADAELLI, S. M.; TEDESCO, A. L. Anti-intelectualismo, neoconservadorismo e reacionarismo no Brasil contemporâneo: o movimento escola sem partido e a perseguição aos professores. **Revista da FAEEBA**, v. 29, n. 58, p. 48, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/8982>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie. **Revista UFG**, v. 20, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 05 jan. 2021.

RIZO-MARTINEZ, L. E. El síndrome de Estocolmo: una revisión sistemática. **Clínica y Salud**, Madrid, v. 29, n. 2, p. 81-88, 2018. Disponível em:

<[http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1130-52742018000200081&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1130-52742018000200081&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 10 abr. 2021.  
<http://dx.doi.org/10.5093/clysa2018a12>.

SANTOS, M. E. DE M.; SANTOS, P. P. DOS. Escola sem partido: neoliberalismo e conservadorismo de mãos dadas. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 32-47, 11. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9032>. Acesso em 21 ago. 2021.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo; Martins, 1998.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n. 193/2016**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SEVERO, R. G.; GONÇALVES, S. DA R. V; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/gbjP3XMwjYtj5khfL7GxL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **ADI 5537** – Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2017. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4991079>. Acesso em: 10 abr. 2021.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

THE NOITE com Danilo Gentili. **The Noite (09/08/16) - Entrevista com Miguel Nagib**. YouTube, 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=wkBBW91jVEA&t=701s&ab\\_channel=TheNoitecomDaniloGentili](https://www.youtube.com/watch?v=wkBBW91jVEA&t=701s&ab_channel=TheNoitecomDaniloGentili). Acesso em: 20 out. 2020.

TORRES, T. O fenômeno memes. **Cienc. Culto**. São Paulo, v. 68, n. 3, pág. 60-61, set. 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000300018&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 fev. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **O caminho da prosperidade - Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em 10 abr. 2021.

TWITTER. **Escola Sem Partido**. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartido/status/1189742680798052352>. Acesso em: 12 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP. **Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>. Acesso em: 13 Sep. 2021.

ZANELLA, R. **Entenda: Escola Sem Partido - com o Dr. Miguel Nagib**. YouTube, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NpAqPjxivY&t=9s&ab\\_channel=RicardoZanella](https://www.youtube.com/watch?v=NpAqPjxivY&t=9s&ab_channel=RicardoZanella). Acesso em: 10 abr. 2021.

**ANEXO 1 – Carta ao Professor Iomar (19 de setembro de 2003)**

*Senhor,*

*Fazei de mim um instrumento de vossa paz!*

*Onde houver ódio, que eu leve o amor,*

*Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.*

*Onde houver discórdia, que eu leve a união.*

*Onde houver dúvida, que eu leve a fé.*

*Onde houver erro, que eu leve a verdade.*

*Onde houver desespero, que eu leve a esperança.*

*Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.*

*Onde houver trevas, que eu leve a luz!*

*Ó Mestre,*

*fazei que eu procure mais*

*Consolar, que ser consolado.*

*Compreender, que ser compreendido.*

*Amar, que ser amado.*

*Pois é dando, que se recebe.*

*Perdoando, que se é perdoado e*

*é morrendo, que se vive para a vida eterna !*

Onde, Professor Iomar, pôde o senhor encontrar alguma semelhança entre o Santo a quem são atribuídos esses versos e o monstro que pronunciou as seguintes palavras:

*"O ódio como fator de luta. O ódio intransigente ao inimigo, que impulsiona além das limitações naturais do ser humano e o converte em uma efetiva, violenta, seletiva e fria máquina de matar. Nossos soldados têm que ser assim. Um povo sem ódio não pode triunfar sobre um inimigo brutal."?*

Que diabos o senhor tinha em mente ao comparar São Francisco de Assis a Ernesto "Che" Guevara? O senhor enxerga, realmente, uma afinidade entre esses dois personagens, ou a tentativa de associá-los visou apenas a reforçar, na imaginação dos seus alunos, o estereótipo romântico do guerrilheiro comunista?

Venho acompanhando há algum tempo o seu incansável esforço para doutrinar ideologicamente as crianças do Sigma, impingindo às suas frágeis consciências a visão que o

senhor tem do mundo; e sei que para atingir esse objetivo – que o senhor certamente acredita ser necessário para a “construção de um mundo melhor” –, o senhor não hesita em aplicar à complexa disciplina que leciona o modelo de narrativa das histórias infantis, onde o Mal jamais se confunde com o Bem.

Assim, na história que o senhor ensina, a Idade Média é “do mal” e o Iluminismo é “do bem”; os capitalistas são “do mal” e os socialistas são “do bem”; os conservadores são “do mal” e os revolucionários são “do bem”; os Estados Unidos são “do mal”, a ONU e Cuba são “do bem”, e por aí vai.

Ora, direis, se as crianças gostam e aprendem, por que não? Além disso, não podemos esquecer que o senhor é um idealista e que o seu objetivo não é propriamente transmitir aos alunos um conhecimento objetivo sobre o passado, mas capacitá-los a “transformar o mundo”, não é verdade? Daí a necessidade de fornecer-lhes aquele conjuntinho básico de certezas que eles mais tarde vão poder usar numa mesa de botequim, num almoço em família, ou quem sabe até na vida pública. O senhor pensa longe, Professor.

Sei de tudo isso e se até hoje não procurei o senhor e a direção do colégio para discutir pessoalmente essa pedagogia de cabo eleitoral foi, primeiro, para não expor meus filhos a uma possível retaliação e, segundo, por estar ciente de que esse contato, afinal de contas, resultaria inútil, já que, na melhor das hipóteses, o senhor seria substituído por outro militante – a companheira Mariah, por exemplo, que tanto fez em sala de aula, no ano passado, pela eleição de nosso atual Presidente – e tudo ficaria na mesma, se é que não pioraria.

Mas com essa absurda comparação o senhor, francamente, passou dos limites. Afirmar a existência de uma semelhança entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista, um apologista do ódio, do qual os seus pobres alunos – e talvez o senhor mesmo – não conhecem mais do que a foto de Alberto Korda e o meloso “*hay que endurecerse...*”, é ir longe demais; é abusar do direito, que o senhor decerto acha que tem, de mentir para os alunos a pretexto de forjar neles uma “consciência crítica” – que é como vocês, militantes, se referem ao processo de envenenamento das almas desses jovens mediante a inoculação do marxismo mais grosseiro – e contribuir, desse modo, para a tal “construção de uma sociedade mais justa”.

*“É inevitável que haja escândalos”, advertia Jesus Cristo, “mas ai daquele que os causar! Melhor lhe fora ser lançado ao mar com uma pedra de moinho enfiada no pescoço do que escandalizar um só destes pequeninos. Acautelai-vos!”*

“Che” Guevara era tão parecido com Francisco de Assis quanto um discípulo de satanás se parece com um discípulo de Nosso Senhor. De família rica, São Francisco de Assis abraçou a pobreza para levar amor onde houvesse ódio; “Che” Guevara largou tudo para levar o ódio a

toda parte. São Francisco olhava para o Céu; “Che” Guevara não olhava senão para sua utopia materialista. O Santo dedicou sua vida ao Evangelho; o guerrilheiro, à mais assassina das ideologias. Amigo de Deus, São Francisco ajudou a edificar o Seu Reino; amigo de Fidel – que o traiu, enviando-o para a morte na selva boliviana –, “Che” Guevara ajudou a implantar o único regime totalitário da história da América Latina e uma das ditaduras mais antigas do planeta.

Professor Iomar, a despeito de sua militância e de seus compromissos político-partidários, que eu respeito, o senhor ainda é um educador e talvez conserve em sua alma um resto de amor à Verdade. Pois bem. Em nome desse sentimento, gostaria de pedir-lhe para dizer aos seus alunos apenas isto: que Ernesto “Che” Guevara não tem nada a ver com Francisco de Assis.

Obrigado,

Miguel Nagib

m.nagib@uol.com.br